



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 144998648/2026-SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

Processo nº 08204.001428/2025-51

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/bens-e-servicos-de-tic, 21.10.2025>

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência para **Aquisição de Bens de Tecnologia da Informação** e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: **SEI/2025**

Havendo qualquer inconsistência entre os códigos CATMAT/CATSERV e o Termo de Referência (TR), deverão ser observadas prioritariamente as especificações do TR.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de solução integrada de Sistema de Controle de Acesso com Sistema de Circuito Fechado de Vídeo - CFTV, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATMAT/CATSERV	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera	445221	Unidade	435	R\$ 4.076,30	R\$ 1.773.190,50
	2	Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular.	445221	Unidade	15	R\$ 31.011,58	R\$ 465.173,70
	3	Módulo para reconhecimento facial.	445221	Unidade	16	R\$ 15.063,62	R\$ 241.017,92
	4	Câmera Tipo 1: dome (interno)	267496	Unidade	207	R\$ 5.871,01	R\$ 1.215.299,07
	5	Câmera Tipo 2: bullet (externo)	267496	Unidade	566	R\$ 6.430,21	R\$ 3.639.498,86
	6	Câmera Tipo 3: speed dome (grandes áreas externas) PTZ	267496	Unidade	20	R\$ 18.839,45	R\$ 376.789,00
	7	Sistema de controle de acesso	445221	Unidade	5	R\$ 601.633,52	R\$ 3.008.167,60
	8	Catraca Pedestal	460883	Unidade	9	R\$ 162.699,31	R\$ 1.464.293,79
	9	Cartão de identificação (Crachá)	439776	Unidade	11500	R\$ 73,20	R\$ 841.800,00
	10	Cancela veicular	460883	Unidade	7	R\$ 296.013,48	R\$ 2.072.094,36
	11	Switch de acesso	481771	Unidade	34	R\$ 61.123,12	R\$ 2.078.186,08
	12	Servidor de rede	469445	Unidade	6	R\$ 281.220,11	R\$ 1.687.320,66
	13	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	33152	Unidade	683	R\$ 814,06	R\$ 556.002,98
	14	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	33152	Unidade	92	R\$ 1.637,40	R\$ 150.640,80
	15	Serviço de instalação para catracas e cancelas	33153	Unidade	18	R\$ 3.081,23	R\$ 55.462,14
	16	Serviço de entrega de Projeto executivo	77110	Unidade	1	R\$ 61.405,74	R\$ 61.405,74
	17	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	432021	Unidade	9	R\$ 34.775,27	R\$ 312.977,43
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 19.999.320,63

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes.

ÓRGÃO GERENCIADOR: DIREN-ANP/PF - ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - 200340					
Endereço: Rodovia df-001, km 02, Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900.					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera	Unidade	27	277	277
2	Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular.	Unidade	1	4	4
3	Módulo para reconhecimento facial.	Unidade	1	7	7
4	Câmera Tipo 1: dome (interno)	Unidade	1	3	3
5	Câmera Tipo 2: bullet (externo)	Unidade	28	258	258
6	Câmera Tipo 3: speed dome (grandes áreas externas) PTZ	Unidade	1	12	12
7	Sistema de controle de acesso	Unidade	1	1	1
8	Catraca Pedestal	Unidade	1	4	4
9	Cartão de identificação (Crachá)	Unidade	1.000	10.000	10.000
10	Cancela veicular	Unidade	1	4	4
11	Switch de acesso	Unidade	1	15	15
12	Servidor de rede	Unidade	1	2	2
13	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	Unidade	25	256	256
14	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	Unidade	1	12	12
15	Serviço de instalação para catracas e cancelas	Unidade	1	8	8
16	Serviço de entrega de Projeto executivo	Unidade	1	1	1
17	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	Unidade	1	8	8

200344 - SUPERINTENDENCIA REG.DEPP.POLICIA FEDERAL- SE					
Endereço: Avenida Chanceler Osvaldo Aranha, 1119, Novo Paraíso, Aracaju/SE - 49082-110.					
Telefone: (79) 3234-8579 - Plantão (24h)					
Horário de atendimento ao público da Recepção: 08h às 12h e 14h às 18h, de segunda a sexta-feira (dias úteis)					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera	Unidade	10	105	105
2	Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular.	Unidade	1	1	1
3	Módulo para reconhecimento facial.	Unidade	0	0	0
4	Câmera Tipo 1: dome (interno)	Unidade	5	51	51
5	Câmera Tipo 2: bullet (externo)	Unidade	5	50	50
6	Câmera Tipo 3: speed dome (grandes áreas externas) PTZ	Unidade	1	4	4
7	Sistema de controle de acesso	Unidade	0	0	0
8	Catraca Pedestal	Unidade	0	0	0
9	Cartão de identificação (Crachá)	Unidade	0	0	0
10	Cancela veicular	Unidade	0	0	0
11	Switch de acesso	Unidade	0	0	0
12	Servidor de rede	Unidade	0	0	0
13	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	Unidade	5	51	51
14	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	Unidade	5	50	50
15	Serviço de instalação para catracas e cancelas	Unidade	1	4	4
16	Serviço de entrega de Projeto executivo	Unidade	0	0	0
17	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	Unidade	0	0	0

200376 - SUPERINTENDENCIA REG.DEPP.POLICIA FEDERAL- GO					
Endereço: Av. Edmundo P. de Abreu, 826 - St. Pedro Ludovico, Goiânia - GO, 74823-030.					
Telefone: (62) 3240-9600.					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera	Unidade	1	3	3
2	Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular.	Unidade	1	9	9
3	Módulo para reconhecimento facial.	Unidade	1	8	8
4	Câmera Tipo 1: dome (interno)	Unidade	12	121	121
5	Câmera Tipo 2: bullet (externo)	Unidade	23	236	236
6	Câmera Tipo 3: speed dome (grandes áreas externas) PTZ	Unidade	1	2	2
7	Sistema de controle de acesso	Unidade	1	3	3
8	Catraca Pedestal	Unidade	1	4	4
9	Cartão de identificação (Crachá)	Unidade	100	1.000	1.000
10	Cancela veicular	Unidade	1	2	2
11	Switch de acesso	Unidade	1	14	14
12	Servidor de rede	Unidade	1	3	3
13	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	Unidade	35	350	350
14	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	Unidade	0	0	0
15	Serviço de instalação para catracas e cancelas	Unidade	4	4	4
16	Serviço de entrega de Projeto executivo	Unidade	0	0	0
17	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	Unidade	0	0	0

200402 - SUPERINTENDENCIA REG.DEPP.POLICIA FEDERAL - AP					
Endereço: Entroncamento das Rodovias Norte-Sul e - BR-210, s/n - Infraero, Macapá - AP, 68908-910.					
Telefone: (96) 3213-7500					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera	Unidade	5	50	50
2	Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular.	Unidade	1	1	1
3	Módulo para reconhecimento facial.	Unidade	1	1	1
4	Câmera Tipo 1: dome (interno)	Unidade	3	32	32
5	Câmera Tipo 2: bullet (externo)	Unidade	2	22	22
6	Câmera Tipo 3: speed dome (grandes áreas externas) PTZ	Unidade	1	2	2
7	Sistema de controle de acesso	Unidade	1	1	1
8	Catraca Pedestal	Unidade	1	1	1
9	Cartão de identificação (Crachá)	Unidade	50	500	500
10	Cancela veicular	Unidade	1	1	1
11	Switch de acesso	Unidade	1	5	5
12	Servidor de rede	Unidade	1	1	1
13	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras.	Unidade	3	26	26
14	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras.	Unidade	3	30	30
15	Serviço de instalação para catracas e cancelas	Unidade	1	2	2
16	Serviço de entrega de Projeto executivo	Unidade	0	0	0
17	Controladora para Sistema de Controle de Acesso	Unidade	1	1	1

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por serem fornecidos de forma padronizada pelo mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do início da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se em razão da necessidade de contratação de Solução única de Sistema de Controle de Acesso Integrado com Sistema de Videomonitoramento.

2.1.1. A Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, cuja função constitucional está prevista no artigo 144, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil, é órgão permanente e estruturado em carreira, incumbindo-lhe a apuração das infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

2.1.2. A Academia Nacional de Polícia – ANP é uma escola de governo especializada na formação e capacitação profissional em segurança pública. Criada em 1960 com o objetivo inicial de treinar e preparar os novos policiais federais, tornou-se uma das mais conceituadas e respeitadas escolas policiais do mundo, auxiliando na formulação e difusão da moderna doutrina policial.

2.1.3. Localizada em Brasília numa área de 800 mil metros quadrados, é a porta de entrada para todos aqueles que se tornam policiais federais. Além disso, também é responsável pela qualificação contínua dos servidores da instituição, oferecendo cursos presenciais e à distância. Servidores de diversos órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário também são treinados no local.

2.1.4. Em 1º de janeiro de 2023, o Decreto nº 11.348, que reorganizou o Ministério da Justiça e Segurança Pública, alterou a estrutura da Polícia Federal, sendo criada a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia – DIREN/ANP.

2.1.5. A DIREN/ANP necessita de aquisição de Sistema de Controle de Acesso e Sistema de Videomonitoramento para garantir a segurança das novas instalações, e controlar o fluxo de funcionários e de terceiros.

2.1.6. A Solução contratada também possibilitará o controle de entrada e saída de viaturas e veículos particulares no Campus da DIREN/ANP.

2.1.7. As especificações são baseadas nas análises de mercado do tópico 8 do ETP, o levantamento de mercado é previsto no inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022.

2.1.8. O tamanho do armazenamento é o necessário para os arquivos atuais e futuros.

2.1.9. As configurações são as necessárias para atender a topologia de infraestrutura das unidades da PF, em especial da DIREN/ANP.

2.1.10. A descrição das necessidade de contratação das unidades participantes: SR/PF/SE e SR/PF/GO encontram-se nos ETP (142846508 e 142659082), acostados aos autos dos processos relacionados 08522.000039/2025-14 e 08295.003072/2025-19.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual , conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000008/2025;
- II - Data de publicação no PNCP: 30/04/2024 (Última atualização: 26/05/2025);
- III - Id do item no PCA: 79;
- IV - Classe/Grupo: 6350 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA;
- V - Identificador da Futura Contratação: Identificador da Futura Contratação: 200340-29/2025;

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Formar a Polícia do futuro, moderna e inovadora
N2	Aumentar a eficácia do planejamento e das ações previstas no PDTIC do biênio 2024/2025, executando, no mínimo, 40% de suas ações.
M1	2024 a 2027 > Aprimorar a qualidade dos serviços públicos com abordagem inclusiva, acessível, proativa e em canais integrados de atendimento, com atenção à experiência dos usuários.
M2	Objetivo Estratégico M4M da Estratégia de Governança Digital 2024 a 2027> Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais com atenção à privacidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e segurança cibernética.
M3	Objetivo Estratégico M6 da Estratégia de Governança Digital 2024 a 2027 Dispor de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta, considerando princípios de sustentabilidade, para a implantação e evolução de soluções de

	governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federado.
--	--

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024 a 2027			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A82	Contratar solução de armazenamento de dados corporativos para Datacenter (storage).	N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.
A107	Aprimorar e atualizar infraestrutura de rede física de dados de unidades descentralizadas.	N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.
A108	Contratar infraestrutura de processamento, armazenamento e backup (servidores e storage) das superintendências, delegacias e demais unidades.	N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.
A175	Contratar hardwares para projeto Mitra Nacional	N7	Manutenção, aquisição e desenvolvimento de soluções de
A186	Contratar solução móvel para reconhecimento facial	N7	TIC
A189	Contratar nacionalmente switches de rede	N7	Manutenção, aquisição e desenvolvimento de soluções de
A191	Modernizar arquitetura de todos os sistemas legados	N7	TIC

- 2.3. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 2.4. A contratação está alinhada com o DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024, que Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027, segue as diretrizes do DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024.
- 2.5. Os equipamentos licitados levam em consideração as questões da segurança da informação, da ética, e os preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- 2.6. Por ser órgão de segurança pública, as especificações técnicas, os requisitos de segurança e de privacidade da informação, e as necessidades de negócios, levam em consideração o possível compartilhamento de dados entre as instituições públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.2. A solução de TIC consiste em um Sistema de Controle de Acesso (CA) e um Sistema de Videomonitoramento (VMS), que deverão ser instalados e operados de forma integrada, para possibilitar o compartilhamento de recursos e funcionalidades.
- 3.3. A solução será composta de Sistema de Videomonitoramento (VMS), módulos para Detecção e Reconhecimento Facial e de Placa Veicular, Câmeras de Videomonitoramento, Sistema de Controle de Acesso, Catracas, Cancelas, Crachá, Switch de Acesso, Servidor de Rede, Controladora para Sistema de Controle de Acesso, bem como Serviço de instalação dos componentes e entrega de Projeto Executivo.
- 3.4. As Catracas, Cancelas e Bloqueio de acesso para instalação em portas, deverão ser entregues com todos os periféricos necessários ao funcionamento, como: Totens, Urnas Coletoras, Placas Controladoras, Leitoras de Cartão de Proximidade, Leitoras de Biometria sem Contato, mola para instalação em portas, e das Licenças necessárias ao seu funcionamento.
- 3.5. Toda a instalação, configuração e integração dos itens da Solução, deverá ser realizada pela Contratada, incluindo fixação, montagem, passagem de cabos, e pequenas obras civis necessárias às montagens dos equipamentos.

3.5.1. Serão contratados separadamente itens de instalação de câmeras, catracas e cancelas.

3.5.2. O Sistema de Videomonitoramento deverá ser entregue instalado, configurado, e integrado com as câmeras.

3.5.3. O sistema de Controle de acesso deverá ser instalado, configurado, e integrado com as catracas e cancelas.
- 3.6. Contratada deverá apresentar um projeto executivo, detalhado antes do início da instalação da Solução.
- 3.7. As especificações técnicas detalhas dos itens estão no Anexo I deste Termo de Referência.
- 3.8. As especificações e exigências técnicas constantes neste Termo de Referência são estritamente necessárias e suficientes para atender, de forma eficaz, as necessidades técnicas e operacionais das unidades contratantes, as exigências técnicas estabelecidas não comprometem indevidamente a competitividade da licitação, e são atendidas de forma ampla e padronizadas pelo mercado, as soluções de mercado foram levantadas e analisadas na elaboração do estudo Técnico Preliminar da Contratação.
- 3.9. Trata-se de contratação única de TIC com fornecimento de equipamentos e serviços de instalação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. A Academia Nacional de Polícia – ANP é uma escola de governo especializada na formação e capacitação profissional em segurança pública. Criada em 1960 com o objetivo inicial de treinar e preparar os novos policiais federais, tornou-se uma das mais conceituadas e respeitadas escolas policiais do mundo, auxiliando na formulação e difusão da moderna doutrina policial.

4.1.2. Treinamento operacional e de formação de novos Agentes.

4.1.3. A DIREN/ANP necessita de aquisição de Sistema de Controle de Acesso e Sistema de Videomonitoramento para garantir a segurança das novas instalações, e controlar o fluxo de funcionários e de terceiros.

4.1.4. A Solução contratada também possibilitará o controle de entrada e saída de viaturas e veículos particulares no Campus da DIREN/ANP.

Requisitos de Capacitação

- 4.2. Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo 40h (quarenta horas) de duração, O treinamento deverá ser na forma de transferência de conhecimento, de acordo com o seguinte:

4.2.1. Instalação e configuração do sistema de controle de acesso para as equipes técnicas da Contratante, com 20 horas de duração.

4.2.2. Cadastramento de pessoas e veículos para recepcionistas, com duração de 4 horas.

4.2.3. Instalação e configuração do sistema de videomonitoramento para as equipes técnicas da Contratante, com 20 horas de duração.

4.2.4. O treinamento deverá ser nas instalações da Contratante, com apoio remoto.

Requisitos Legais

- 4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

- 4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções ~~corretivas~~ preventivas e adaptativa/evolutiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução até a finalização do contrato, a partir da finalização do contrato a Contratada deverá prestar a garantia técnica prevista neste Termo de Referência.

Requisitos Temporais

- 4.5. A Entrega dos itens deverá ser efetivada no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

4.6.1. Em atendimento ao artigo 4º, Inciso II, alínea “a”, da Portaria MJSP nº 513 de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Empresa contratada deverá estabelecer normas gerais de integridade em conformidade com as alíneas “b” a “i” da Portaria MJSP nº 513 de 15 de setembro de 2020.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1. Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

- 4.8. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.8.1. Conforme especificações técnicas do Anexo I, do Termo de Referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1. Estar de acordo com as especificações técnicas do anexo I, do Termo de Referência.

4.9.2. Estar em conformidade com as normas e padrões especificados no Termo de Referência.

Requisitos de Implantação

4.10. Os itens deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos neste Termo de Referência.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia contratual será de, no mínimo:

4.11.1. 60 (sessenta) meses para servidores de rede e switch.

4.11.2. 36 (trinta e seis) meses para os demais equipamentos e softwares que compõem a solução.

4.11.3. 12 (doze) meses para os serviços de instalação.

4.12. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.13. A garantia será prestada com vistas a manter a solução fornecida em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.14. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.15. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.16. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.17. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.18. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.20. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.20.1. Deverá ser informado pela CONTRATADA, o endereço eletrônico na internet para suporte aos produtos ofertados, na qual poderão ser obtidos drivers, softwares, atualizações e ativação de produtos.

4.20.2. O prazo de garantia deverá ser respeitado pela CONTRATADA mesmo após o término do prazo de vigência do contrato.

4.20.3. Para o serviço de manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá cumprir com os prazos de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência.

4.20.4. Durante o período da garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar toda e qualquer atualização de software ou firmware dos equipamentos fornecidos, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

4.20.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar atualização do sistema operacional/firmware, provendo o fornecimento de novas versões por necessidade de correção de problemas ou por implementação de novos releases, durante todo o tempo de garantia.

4.20.6. Deverá ser disponibilizado, pela Contratada, uma central de abertura de chamados para atendimento da garantia, por meio telefônico e por e-mail. Os chamados serão registrados e deverão estar disponíveis para acompanhamento pela equipe da Contratante, contendo data e hora, o problema ocorrido, a resolução, data e hora de conclusão.

4.20.7. A central de atendimento deverá atender das 08h às 18h (horário oficial de Brasília), em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira.

4.20.8. A cobertura de garantia deve ser on-site.

4.20.9. Por questões de segurança de acesso ao ambiente físico das unidades da Polícia Federal, quando se fizer necessário deslocamento de um técnico da Contratada para realizar a manutenção, deverá ser fornecido previamente pela Contratada os dados de identificação do técnico.

Requisitos de Experiência Profissional

4.21. A assistência técnica da garantia **deverá ser prestada** por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços;

Requisitos de Formação da Equipe

4.22. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.23. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) ou da Ordem de Serviços (OS) emitidas pela Contratante.

4.24. A OFB ou a OS indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.25. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 (oito) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica e 8 (oito) horas por dia e 5 (cinco) dias por semana por via telefônica.

4.26. O andamento do fornecimento dos equipamentos dever ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.27. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.27.1. A Contratada deverá entregar junto com a formalização contratual, o Termo de Manutenção e Sigilo, conforme modelo disponibilizado pela Contratante.

4.27.2. A Contratada deverá manter em caráter confidencial, através de Termo de compromisso de manutenção de sigilo, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso.

4.27.3. A Contratada deverá apresentar documento de Política de Segurança da Informação (POSIN), na assinatura do Contrato, a POSIN tem o objetivo de estabelecer diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências, normas e procedimentos de uso, visando assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados, informações, sistemas, documentos, correspondências e publicações, que estejam envolvidos na Contratação.

4.27.4. As especificações técnicas dos itens levam em consideração a Política Nacional de Segurança da Informação, aprovado pelo Decreto nº 9.637/2018, e a Portaria SGD/MGI Nº 852, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI.

4.27.5. A Licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como das providências adotadas para estar em conformidade com a referida Portaria.

Sustentabilidade

4.28. A presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição de solução integrada de solução integrada de Sistema de Controle de Acesso com Sistema de Circuito Fechado de Vídeo – CFTV, destinada a atender às necessidades da Polícia Federal, deverá observar, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente descritos no Termo de Referência, os requisitos estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU 8ª edição (145014067) e no Plano Diretor de Logística Sustentável da PF 2026/2027 (145014094).

4.28.1. Em conformidade com o Artigo 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, os bens licitados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, ou certificação equivalente.

4.28.2. Deverão ser observados, ainda, os requisitos ambientais necessários à obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.28.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de modo a assegurar máxima proteção durante transporte e armazenamento.

4.28.4. É vedada a presença de substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.28.5. A empresa vencedora deverá cumprir o disposto nos Artigos 31 a 33 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, e nos Artigos 13 a 18 do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, especialmente no que se refere à implementação da logística reversa.

4.28.6. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos, incluindo embalagens vazias, deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com os procedimentos de logística reversa previstos na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

4.28.7. Por fim, em atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª edição, outubro de 2025), a licitante deverá comprovar o cumprimento dos critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética exigidos no Termo de Referência.

4.29. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.29.1. Passagem de cabos;

4.29.2. Obras de alvenaria; e

4.29.3. Configurações de equipamentos ou softwares.

4.30. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.31. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.32. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.33. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.34. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.35. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.35.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.35.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.35.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.35.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.35.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.36. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.37. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.38. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.39. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.39.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.40. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.40.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- 4.40.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 4.41. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.42. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.43. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.44. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.44.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.44.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.45. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.45.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.45.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.46. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.47. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.48. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.49. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.50. Não será permitida reserva de cotas por se tratar de solução única, e integrada, não sendo possível dividir o objeto.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

- 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:
- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.
- 5.2. São obrigações do CONTRATADO:
- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.
- 5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:
- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.3.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.3.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.4.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
- 5.3.4.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e
- 5.3.4.3. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.
- 5.3.4.4. Será admitida a substituição apenas nos casos em que o fabricante retire o produto do mercado, inviabilizando o cumprimento da obrigação pelo fornecedor, nos termos ajustados. Nessa hipótese, a Administração Pública poderá aceitar produto de qualidade equivalente ou superior, desde que mantido o mesmo preço.
- 5.3.4.5. A Contratada deverá comprovar a equivalência operacional do modelo eleito com aquele informado pela contratada ainda na fase de licitação e de equivalência de preço.
- 5.3.4.6. Serão aceitos produtos de qualidade superior às especificações mínimas exigidas em edital, desde que os atributos de desempenho atendam às especificações definidas pela Administração e que não haja majoração do preço originalmente ofertado, quando do julgamento e aceitação da proposta.
- 5.3.4.7. A comprovação da descontinuidade de um produto, deverá ser comprovada através de carta do fabricante do item registrado na Ata de Registro de Preços.

5.3.4.8. A definição de regras para a substituição de itens da Ata de Registro de Preços é necessária devido as constantes atualizações tecnológicas do mercado de TIC, que podem ocorrer durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) ou a Ordem de Serviços (OS) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB e na Ordem de Serviços OS.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.4. O prazo de entrega dos itens é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da OFB ou OS pela contratada, em remessa parcelada.
- 6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.6. Os bens deverão ser entregues nos endereços indicados na tabela a seguir:

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONES	E-MAIL
DIREN-ANP/PF	Rodovia 001, Km 02 – Academia Nacional de Polícia, Setor Habitacional Taquari, Brasília/DF – CEP 71.559-900	(61) 2024-8822 / (61) 2024-8820	semat.diren.anp@pf.gov.br
SR/PF/GO	Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 – Setor Bela Vista, Goiânia/GO – CEP 74.823-030	(62) 3240-9600	emerson.ess@pf.gov.br
SR/PF/SE	Av. Chanceler Osvaldo Aranha, nº 1119 – Bairro Novo Paraíso, Aracaju/SE – CEP 49.081-050	(79) 3234-8580 / (79) 3234-8579	gab.srse@pf.gov.br
SR/PF/AP	Entroncamento da Rodovia BR-210 com Rodovia Norte/Sul – Bairro Infraero, Macapá/AP – CEP 68.908-910	(96) 3213-7500	gab.srap@pf.gov.br

Formas de transferência de conhecimento

- 6.7. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:
 - 6.7.1. Conforme tópico 4.2 deste Termo de Referência.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.8. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
 - 6.8.1. Entrega de documentação técnica pela contratada;
 - 6.8.2. Liquidação dos valores devidos; e
 - 6.8.3. Passagem de senhas, códigos e licenças de software .

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

- 6.9. Cada OFB e OS conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

- 6.10. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
 - I - Ordem de Fornecimento de Bens;
 - II - Ordem de Serviço;
 - III - Ata de Reunião;
 - IV - Ofício;
 - V - Sistema de abertura de chamados;
 - VI - E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

- 6.11. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.13. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II e III.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

- 7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.
- 7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
- 7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:
 - 7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
 - 7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
 - 7.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
 - 7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
 - 7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

- 7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

- 7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:
- 7.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
 - 7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
 - 7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
 - 7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
 - 7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
 - 7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

- 7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:
- 7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).
- 7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- 7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.
- 7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.
- 7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.
- 7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.
- 7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.
- 7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.
- 7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

- 7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.30.1. Termo de aceite provisório;
 - 7.30.2. Termo de aceite definitivo; e
 - 7.30.3. Relatório Fiscais Técnicos.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

- 7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens ou Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens ou na Ordem de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB ou OS, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB e na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB ou da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB ou da OS.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens ou Ordem de Serviço, encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB ou OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB ou da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB ou da OS.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB ou na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB ou da OS.</p> <p>A data de entrega da OFB ou da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB ou da OS continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB ou da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB ou da OS – constante na OFB ou na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>	
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB ou da OS.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB ou da OS;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB/OS ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB/OS ou fração em atraso.</p>	

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

- 8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando	Multa de 0,5 (meio) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou

	<i>implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro.) horas úteis.</i>	<i>por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 (dez) dias úteis.</i>
		<i>Após o limite de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á multa de 1(um) % do valor total do Contrato.</i>
2	<i>Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS/OFB)</i>	<i>Glosa de 1 (um) % sobre o valor da OS/OFB para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.</i>
		<i>Glosa de 2,5 (dois e meio) % sobre o valor da OS/OFB para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.</i>
		<i>Glosa de 5 (cinco) % sobre o valor da OS/OFB para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.</i>
		<i>Glosa de 10 (dez) % sobre o valor da OS/OFB para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.</i>
		<i>Multa de 10 (dez) % sobre o valor do Contrato e Glosa de 15(quinze) % sobre o valor da OS/OFB, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.</i>
3	<i>Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.</i>	<i>Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1(um) % do valor total do Contrato.</i>

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

- 8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias

8.4.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**Recebimento do Objeto**

- 9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 9.12.1. o prazo de validade;
- 9.12.2. a data da emissão;
- 9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.12.5. o valor a pagar; e
- 9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *ICT* de correção monetária.

Forma de pagamento

- 9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/01/2026.
- 9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 9.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

- 10.2. O fornecimento do objeto será parcelado mediante recebimento da OFB e/ou OS.

Crítérios de aceitabilidade de preços

- 10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; 10.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis [do último exercício social] ~~OU [dos dois últimos exercícios sociais]~~, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 10.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.
- 10.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último último exercício social, sob pena de inabilitação;
- 10.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 10.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 10.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 10.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 10.30.1.1. Um ou mais atestados para comprovação de fornecimento de um volume correspondente a 40% da quantidade de câmeras deste Termo de Referência ;
- 10.30.1.2. Um ou mais atestados para comprovação de fornecimento de sistema de CFTV, com recurso de videomonitoramento, câmeras de vídeo, instalação e configuração ; e
- 10.30.1.3. Um ou mais atestados para Comprovação de fornecimento de equipamentos do Tipo catraca e cancela .
- 10.30.1.4. Um ou mais atestado para Comprovação de fornecimento de sistema de controle de acesso, com recurso de controle de acesso de pessoas e veículos, com instalação e configuração.
- 10.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 10.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 10.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.
- 10.31. A comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, §2º do art. 67, poderá ser realizada mediante apresentação de atestados que comprovem a execução de quantidades mínimas correspondentes a até 50% (cinquenta por cento) das parcelas previstas no referido dispositivo legal, sendo vedadas restrições quanto a prazos ou locais específicos relacionados a tais atestados. Para a presente contratação, será exigida a comprovação de percentual equivalente a 40% (quarenta por cento).
- 10.32. Destaca-se que a exigência de qualificação técnica é medida essencial para assegurar a adequada execução do objeto, que consiste na aquisição de solução integrada de Sistema de Controle de Acesso com Sistema de Circuito Fechado de Vídeo (CFTV), destinada a atender às necessidades da DIREN-ANP/PF. Trata-se de solução de alta complexidade tecnológica e estratégica, cuja implementação demanda experiência comprovada, capacidade operacional e domínio técnico específico.
- 10.33. Assim, a apresentação de certidões ou atestados idôneos não apenas garante a conformidade legal, mas também mitiga riscos de falhas na execução, assegurando a confiabilidade, a segurança e a eficiência do sistema a ser implantado. A exigência de qualificação técnica, portanto, constitui requisito indispensável para a proteção do interesse público e para o pleno atendimento das demandas institucionais da DIREN-ANP/PF.

Disposições gerais sobre habilitação

- 10.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.39. **Da apresentação da proposta:**

- 10.39.1. A Licitante deverá apresentar a proposta, conforme descrito neste Termo de Referência, em conformidade com o descrito neste Termo de Referência, e com a documentação exigida:
- 10.39.1.1. Declaração de que nos valores ofertados já estão incluídas todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do objeto, tais como de frete, impostos, taxas, transporte, seguro com transporte e assistência técnica, e garantia.
- 10.39.1.2. Declaração de atendimento da garantia, e prestação de assistência técnica dentro dos prazos e das condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 10.39.1.3. Declaração de que tem o pleno conhecimento das condições necessárias para fornecimento do objeto.
- 10.39.1.4. Declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do MJSP: A Licitante deverá apresentar junto com a proposta, declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como das providências adotadas para estar em conformidade com a referida Portaria. A exigência está em conformidade com os artigos 3º e 4º da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.
- 10.39.1.5. Comprovação de que todos os equipamentos e acessórios fornecidos são novos, de primeiro uso, e em fase de comercialização normal, a comprovação deverá ser através de documentação do fabricante.
- 10.39.1.6. Comprovação de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá enviar juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, ou comprovação, por qualquer meio válido, ou certificação internacional, ou laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, conforme exigido no Termo de Referência. A exigência segue as recomendações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), página 276.
- 10.39.1.7. Comprovação de que os bens de informática não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar ou enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital. A exigência segue as recomendações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), página 276.
- 10.39.1.8. Comprovação de que possui plano de logística Reversa: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o seu plano de logística reversa, aderente ao disposto na Lei nº 12.305.
- 10.39.1.9. A Proposta deverá descrever o Item para o qual foi feita a proposta, a quantidade, o modelo ofertado, o fabricante, o preço unitário, e o preço total do item.
- 10.39.1.10. A proposta deve ser acompanhada de documentação técnica detalhada, desenhos, e demais informações que comprovem o atendimento das especificações técnicas do ANEXO I deste Termo de Referência.
- 10.39.1.11. Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário, observando os tópicos 52 a 66 do referido Acórdão, as propostas deverão conter informações conforme o modelo das tabelas a seguir:

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
1	Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera.							

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
2	Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular.							

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
3	Módulo para reconhecimento facial.							

Item	Objeto	Descrição do Produto	SKU/Part Number	QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
4 a 6	Câmera Tipo 1: dome (interno). Câmera Tipo 2: bullet (externo). Câmera Tipo 3: speed dome (grandes áreas externas) PTZ							

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
7	Sistema de controle de acesso							

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
8	Catraca Pedestal	Catraca						
		Urna Coletora de Saída						
		Controladoras para integração com o sistema de controle de acesso						

		Leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato						
		Licenças						
		Licenças						

Item	Objeto	Descrição do Produto	SKU/Part Number	QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
9	Cartão de identificação (Crachá)							

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
10	Cancela Veicular	Cancela						
		Módulo de segurança ante esmagamento						
		Laço magnético.						
		Totem						
		Urna Coletora de Saída						
		Controladoras para integração com o sistema de controle de acesso						
		Leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato						
		Módulo de energia ininterrupto						
		Mini switch POE industrial						
		Licenças						
		Licenças						

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
11	Switch de Acesso	Switch						
		Transceiver						
		Cabos						
		Licenças						
		Licenças						

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
12	Servidor Tipo I	Chassis:	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Processador	Modelo:					
		Memória	Modelo:					
		Controladora de disco	Modelo:					
		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:					
			Capacidade:					
		Dispositivos de armazenamento Rotativo	Modelo:					
			Capacidade:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					
		Instalação	Descrição:					
		Licenças de uso	Descrição:					

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
13, 14, e 15	Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras	material						
		material						
		material						
	Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras	material						
		material						
	Serviço de instalação para catracas e cancelas	Mão de obra						

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
16	Serviço de entrega de Projeto executivo							
		Mão de obra						

Item	Objeto	Descrição do Produto	Componente da licença SKU/Part Number	QTDE de licenças	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) item.	Valor total da proposta para o Item
17	Controladora para Sistema de Controle de Acesso							
		Licença						

10.40. Das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica:

10.40.1. As exigências de qualificação econômico-financeira e técnica mostram-se essenciais em razão do vulto da contratação e da complexidade inerente à implantação da solução de CFTV. A qualificação econômico-financeira assegura que a futura contratada possua capacidade para suportar obrigações de grande porte, mitigando riscos de inadimplemento e interrupção da execução. Já a qualificação técnica, demonstrada por atestados compatíveis, é indispensável para garantir experiência prévia em sistemas de vigilância eletrônica de similar complexidade, reduzindo riscos de falhas, retrabalho e comprometimento da segurança institucional. Tais exigências são proporcionais ao objeto e fundamentam-se nos arts. 62, 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar execução adequada, eficiente e contínua do contrato.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 19.999.320,63 (dezenove milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte reais e sessenta e três centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS
- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Entrega dos itens 2,3,4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 17	30 dias após a emissão da OFB	Valor dos equipamentos efetivamente entregados.
Entrega dos itens 1,2, 7, 13, 14, 15 e 16.	30 dias após a emissão da OS	Valor do item entregue.

(assinado eletronicamente) WALVERNACK BESERRA Perito Criminal Federal INTEGRANTE REQUISITANTE	(assinado eletronicamente) EDISIO DE CARVALHO SANTANA Agente Administrativo INTEGRANTE TÉCNICO	(assinado eletronicamente) ANTONIO TIAGO COELHO DE BRITO Agente Administrativo Integrante Administrativo
---	--	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
(assinado eletronicamente) EDISIO DE CARVALHO SANTANA Agente Administrativo INTEGRANTE TÉCNICO

Aprovo,

Brasília - DF, data da assinatura eletrônica.

Autoridade Competente
(assinado eletronicamente) CHRISTIANE CORREA MACHADO Delegada de Polícia Federal Diretora de Ensino da Academia Nacional de Polícia DIREN-ANP/PF

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ITEM 1: Sistema de Videomonitoramento (VMS) com licenciamento por câmera

- 1.1. Sistema de vídeo segurança multiusuário e multisite, com suporte a múltiplos servidores de gravação, função de visualização, gerência de câmeras IP, suporte a codificadores de vídeo IP, e análise de vídeo.
- 1.2. O sistema (VMS) deverá ser fornecido na forma de um servidor de rede para execução do software e gerenciamento das licenças, ou na forma de um software para instalação em máquina virtual (VM).
- 1.3. No caso da opção de fornecimento do software deverão ser utilizados os servidores de rede especificados e licitados neste Termo de Referência, os servidores licitados também serão utilizados na gravação das imagens de vídeo gerados pelas câmeras, e para instalação dos demais softwares que compõem a Solução como um todo.
 - 1.3.1. O software deverá ser compatível com a plataforma de virtualização Hyper-v da Microsoft.
 - 1.3.2. O Software do VMS deverá ter suporte ao sistema operacional Windows Server 2019 ou posterior, enquanto o software cliente deverá ter suporte ao Microsoft Windows 11 PRO ou superior.
- 1.4. Deverá ser permitido a Contratante a capacidade de ativar, excluir ou reparar a licença sem a intervenção do fabricante.
- 1.5. As licenças devem contemplar, no mínimo, 10 de servidores de gravação, 20 softwares clientes, 10 softwares de matriz virtual, e 20 licenças de operador.
- 1.6. Deverá ser fornecido todos os softwares associados, inclusive software de banco de dados, com as respectivas licenças.
- 1.7. As licenças devem ser sem limite de validade.
- 1.8. O VMS deverá ser licenciado por dispositivo IP conectado ao mesmo, sem necessidade de licenciamento para servidores.
- 1.9. O VMS deve permitir que as licenças sejam ativadas e atualizadas em modo offline, sem necessidade de conexão à internet.
- 1.10. As licenças devem garantir a atualização do software pelo período de 36 meses.
- 1.11. Deverá ser integrado ao Sistema de Controle de Acesso de maneira bi-direcional, e permitir uma gestão unificada.
- 1.12. Deverá permitir personalização de interface de acordo com os direitos de cada usuário, concedendo permissões, restringindo funções, ocultando, e desabilitando partes da interface.
- 1.13. Deverá fornecer informações de alarmes e status, para o Sistema de Controle de Acesso.
- 1.14. Deverá ser integrado pela Contratada, com o software de controle de acesso, usando os eventos de I/O, eventos internos, eventos TCP/IP ou por OPC DA.
- 1.15. Deverá permitir integração com dispositivos de controle de acesso, sem a necessidade de trocar a interface principal do usuário, isto é, sem a necessidade de utilização da interface de outro fabricante.
- 1.16. Com capacidade de integração com software supervisor de alarmes e estado de dispositivos para grandes instalações.
- 1.17. Com SDK para integração do vídeo em outros produtos usando a API para exibir imagens ao vivo, reprodução de atividades gravadas, mostrar imagens de determinado período, e buscar por movimento.
- 1.18. Com API / SDK, para integração com hardware ou aplicativos de terceiros.
- 1.19. Deverá permitir Integração nativa de todos os dispositivos compatíveis com os fóruns de compatibilidade ONVIF Profile T, G e S, nos itens considerados obrigatórios em cada Profile.
- 1.20. Deverá permitir que funções do Sistema de Controle de Acesso possam ser integradas às câmeras do VMS para: Permitir a abertura de catracas através de reconhecimento facial, gerar alarmes de pessoas tentando acessar áreas não autorizadas através do reconhecimento facial, permitir a abertura de cancelas através de reconhecimento facial e de leitura de placas, e associar imagens a eventos do Controle de Acesso.
- 1.21. Deverá permitir logs de acesso e auditoria de todas as ações do usuário.
- 1.22. Deverá permitir que vários servidores em instalações multisites, estações de trabalho, câmeras e contas de usuários sejam configurados em uma implementação corporativa lógica com uma única interface gráfica de usuário.
- 1.23. Com autenticação de ponto único, para permitir aos usuários que através desse login possa ter acesso a todos os sites que compõem a solução.
- 1.24. Com suporte a clientes remotos e administradores conforme necessário.
- 1.25. Com controle de perfis de usuários para: Administração, operação, manutenção e visualização.
- 1.26. Com suporte a gerenciamento remoto de todo o conjunto de recursos do servidor e das ferramentas de administração.
- 1.27. Com recurso para configuração em massa de dispositivos: Adicionar vários dispositivos ao mesmo tempo, independentemente de estarem no mesmo site ou em sites remotos.
- 1.28. Permitir que cada servidor de gerenciamento possa armazenar uma cópia local do banco de dados de configuração do sistema para adicionar um nível de redundância.
- 1.29. Com capacidade de otimização da largura de banda devido ao multi-streaming, dividindo o fluxo de vídeo da câmera para fluxos diferenciados para ver vídeo ao vivo e gravado.
- 1.30. Deverá permitir que vários sites e câmeras apareçam como um único site para o usuário final.
- 1.31. Com arquitetura Cliente-Servidor.
- 1.32. Com capacidade de detecção automática de modelo de câmeras IP, utilizando métodos como a Universal Plug and Play, Broadcast, varredura manual e varredura por faixa de IP.
- 1.33. Com suporte a multi-streaming usando métodos de compressão: MPEG4, H.264, H.265.
- 1.34. Deverá suportar 3 fluxos simultâneos da mesma câmera IP (se a câmera suportar múltiplos fluxos); cada fluxo pode ser atribuído para gravação, visualização e detecção de movimento.
- 1.35. Deverá ser executado como um serviço do Windows.
- 1.36. Com capacidade de Exportação e importação de dados de configuração de sistema e de usuários, inclusive em modo off-line.
- 1.37. Com capacidade de criação de pontos de restauração ou backup automático da base de dados, para permitir reversão de pontos de configuração previamente definidos, permitir cancelamento de mudanças de configuração indesejados, e permitir a restauração de configurações anteriores válidas.
- 1.38. Com suporte para conectividade de câmeras, codificadores de vídeo e DVRs suportando compressões como MJPEG, MPEG4, H.264 e H.265.
- 1.39. Com recurso de monitoramento do sistema de imagens com disponibilização de relatórios.
- 1.40. Com recurso de monitoramento de Status para gerar alertas em tempo real, caso surjam determinados problemas no sistema.
- 1.41. Deverá utilizar banco de dados de mercado, sendo qualquer informação do VMS armazenada no banco de dados do servidor do VMS, a informação desse banco de dados poderá ser compartilhada com o Sistema de Controle de Acesso, e com outros sistemas da Polícia Federal.
- 1.42. Com recurso de monitoramento Centralizado, onde câmeras de múltiplos locais independentes poderão ser visualizadas em conjunto a partir de uma estação de monitoramento central.
- 1.43. Com capacidade de transmissão de áudio bidirecional do microfone do cliente para alto-falantes remotos.
- 1.44. Com capacidade de visualização de no mínimo 16 câmeras por estação de monitoramento com resolução mínima de 1920x1080, a 30FPS.
- 1.45. Com capacidade de visualização ao vivo e reprodução em clientes de dispositivos móveis com suporte para visualizar, no mínimo, 8 câmeras de vários servidores simultaneamente.

- 1.46. Com visualização otimizada para os formatos 4:3, 16:9.
 - 1.47. Com visualização de layouts de 1x1 até 10x10 layouts, além de exibições assimétrica.
 - 1.48. Com visualização otimizada para os formatos 4:3 e 16:9.
 - 1.49. Permitir a criação de layout customizados.
 - 1.50. Com recurso de Multi-streams para vídeo ao vivo para diferentes clientes.
 - 1.51. Com recurso de Exibição de Janelas/Layouts com exibições de 10x10 câmeras, Matriz, sequencial, imagens estáticas e ativas, vídeos ao vivo ou gravados, mapas, distribuídos em todos os monitores do computador.
 - 1.52. PTZ Inteligente com controle manual de presets, macros (vá à preset quando evento), patrulhamento com esquemas múltiplos (pattern), comandos para limpador (palheta) e esguicho de água, controle por joystick e teclado/mouse.
 - 1.53. Varredura PTZ em dispositivos suportados: visualização ou gravação enquanto se move lentamente a partir de uma posição para outra.
 - 1.54. Função de Pan Tilt Zoom (PTZ) com presets armazenados pelo sistema.
 - 1.55. Com recurso de Zoom digital ativado por padrão para câmeras fixas em exibição ao vivo e por câmeras fixas e PTZ no modo de reprodução.
 - 1.56. O Software Cliente deverá ter suporte a vários monitores num mesmo computador.
 - 1.57. Com capacidade de enviar notificações para um sistema de terceiro.
 - 1.58. Com capacidade de ativação de presets e patterns quando acontecem determinados eventos.
 - 1.59. Com recurso de programação para ativação do pattern em períodos diferentes: isto é, diferente para dia e noite / semana.
 - 1.60. Recurso de correção da perspectiva de uma imagem em tempo real e no modo de arquivamento, para reverter os efeitos das distorções geométricas causadas pela lente da câmera ultra grande angular.
 - 1.61. Com suporte a função de ImmerVision.
 - 1.62. Com recurso de agendamentos para programar eventos e reações do sistema.
 - 1.63. Com capacidade de notificar o administrador se uma câmera falhar, ocorrer cegueira ou se ocorrer um problema de conectividade do servidor.
 - 1.64. Com Módulo Visualizador de Eventos que exibirá os eventos do sistema em tempo real em uma interface do operador.
 - 1.65. Com capacidade de visualizar câmeras de todos os servidores no sistema a partir de uma única estação de trabalho.
 - 1.66. Com capacidade de exibição do alerta gerado pelos dispositivos, através do processamento dos metadados recebido das câmeras / encoders, mostrando os quadros (overlay) nos formatos e cores gerados pelos dispositivos, através do dispositivo integrado via Onvif.
 - 1.67. Deverá ter um botão na visão da câmera para iniciar / parar facilmente a gravação de cada câmera de forma independente.
 - 1.68. A qualidade do vídeo deve ser otimizada quando a tela é maximizada.
 - 1.69. Com capacidade de disparar presets diretamente da câmera.
 - 1.70. Com recurso de Função Sequencial que permita que um quadrante especificado mostre de tempos em tempos um número selecionado de câmeras em tempos diferentes ou configuráveis.
 - 1.71. Com função de dewarping para suportar câmeras de 360 ° e 180 °, a função de dewarping pode ser feito via mouse, ou através de um painel PTZ designado na GUI do cliente do sistema.
 - 1.72. O número de câmeras pode ser ampliado independentemente da quantidade de servidores de gravação ou estações de operação do sistema.
 - 1.73. O software deverá suportar redundância de servidores, e deverá ter a capacidade de ser configurado de tal modo que, se um dos servidores falhar o servidor redundante assumirá automaticamente a função do servidor que falhou.
 - 1.74. Com função de detecção de movimento em tempo real, com sensibilidade ajustável e com zonas de exclusão. Permitindo ativar a gravação com velocidade de frames superior quando é detectado movimento ou quando surge um evento. Deve emitir alertas audíveis ativados por detecção de movimento ou a ocorrência de eventos.
 - 1.75. Com Zonas de Detecção de Movimento por Câmera, permitindo que a zona de detecção seja configurada em sua sensibilidade e tamanho do bloco de detecção, e que sejam criadas múltiplas zona de exclusão de movimento numa mesma imagem de câmera.
 - 1.76. Com função de VÍDEO WALL disponibilizado no software do VMS, com no mínimo duas licenças.
 - 1.77. Com Recurso de Matriz Virtual, com suporte à exibição de múltiplas câmeras, com suporte a exibição de controle de câmara ao vivo em computadores remotos para visualização distribuída, e suporte a Layouts de câmera personalizados.
 - 1.78. Com Recurso de Backup, permitindo Agendamento de rotinas de backup com data e hora, Backup contínuo e Backups por demanda.
- 1.79. Recurso de Gravação e Reprodução:**
- 1.79.1. Suporte a múltiplos servidores de gravação.
 - 1.79.2. Suporte a redundância de servidores de gravação de vídeo.
 - 1.79.3. Suporte a hardware de armazenamento não proprietário.
 - 1.79.4. Gravação digital simultânea de vários canais de vídeo.
 - 1.79.5. Gravação em banco de dados das imagens JPEG ou fluxos MPEG4 e H264.
 - 1.79.6. Capacidade de configurar o número mínimo e máximo de dias de retenção de vídeo por servidor de gravação.
 - 1.79.7. Capacidade de gravação pré e pós-movimento.
 - 1.79.8. Gravação manual de câmeras.
 - 1.79.9. Velocidade de gravação mínima de 30 fps por câmera.
 - 1.79.10. Gravação ilimitada, dependendo apenas da capacidade do servidor de armazenamento.
 - 1.79.11. Permitir a configuração do sistema para gravar em locais, tempo e taxa de frames diferentes.
 - 1.79.12. No caso de falha de comunicação entre a câmera e o servidor, após restabelecer-se a conexão, o software deve transferir automaticamente as imagens que não armazenou da câmera para o servidor de gravação. O procedimento deve ser feito pelo software de forma automática, sem intervenção de nenhum operador, desde que a câmera possua recurso de armazenamento interno.
 - 1.79.13. A função de gravação deve ser executada como um serviço na bandeja do Windows.
 - 1.79.14. Quando utilizado servidor de gravação com sistema de arquivos, este deve possuir assinatura digital no banco de dados da gravação, garantindo integridade do vídeo.
 - 1.79.15. Deve possibilitar mover dispositivos (câmeras ou grupo de câmeras) entre diferentes servidores de gravação.

- 1.79.16. Função para iniciar e interromper o serviço de gravação.
- 1.79.17. Informação de status do sistema de visualização e de registro.
- 1.79.18. Não possuir banco de dados proprietário local no cliente, devendo qualquer informação inerente ao sistema ser armazenada somente no banco de dados do servidor de gerenciamento banco de dados.
- 1.79.19. Processamento de gravação: Através da busca de movimento acima do vídeo gravado, PTZ digital com suavização de imagem opcional.
- 1.79.20. Reprodução de arquivos gravados Com Recurso de Linha do tempo.
- 1.79.21. Reprodução de gravações de vídeo em clientes remotos.
- 1.79.22. Visualização de no mínimo 16 câmeras com tempo sincronizado durante a reprodução.
- 1.79.23. Com botões de Zoom para alterar o intervalo de tempo da linha de tempo.
- 1.79.24. Com pesquisa com base na data, hora e atividade do alarme.
- 1.79.25. Deve diferenciar visualmente entre gravação baseada em movimento e gravação não baseada em movimento.
- 1.79.26. Deve fornecer um calendário para pesquisar facilmente o vídeo gravado, as datas das gravações devem ser designadas no calendário.
- 1.79.27. Deve possuir controles digitais do tipo VCR para controlar a reprodução de vídeo.
- 1.79.28. Com opção de acelerar e desacelerar a velocidade de reprodução com o clique manual do mouse.
- 1.79.29. Com capacidade de salvar e procurar por marcadores com texto (bookmark) com base na hora de início do vídeo ou no intervalo de tempo integral.
- 1.79.30. Deverá possuir múltiplos métodos de busca, por movimento, evento ou período.

1.80. Recurso de exportação de dados de evidências

- 1.80.1. Exportar vídeo nos formatos WAV e nativo.
- 1.80.2. A Exportação de "dados de Evidência" deve conter dados nativos e o software de visualização.
- 1.80.3. Fornecer junto os codecs de compressão ao exportar sequências de vídeo.
- 1.80.4. Fornecer pelo menos 3 níveis de qualidade de compressão: Alto, Médio, Baixo.
- 1.80.5. Exportação de vídeo a uma taxa de quadros menor do que a registrada no vídeo gravado.
- 1.80.6. Capacidade para adicionar uma marca d'água ao vídeo exportado.
- 1.80.7. Capacidade de salvar quadros individuais (instantâneos).
- 1.80.8. Exportação de vídeo digital com zoom ou máscara de privacidade para visualizar área de interesse.
- 1.80.9. Recurso para adicionar comentários a provas exportadas.

1.81. Suporte a mapas

- 1.81.1. Deverá permitir a utilização de mapas online, para possibilitar a identificação do posicionamento das câmeras e demais dispositivos de segurança em múltiplos pontos geograficamente distribuídos. A implementação dessa funcionalidade deverá observar a necessidade de obtenção e manutenção dos respectivos licenciamentos junto aos desenvolvedores das plataformas de mapas online.
- 1.81.2. Mapas multicamadas.
- 1.81.3. Importação de mapas estáticos / ativos para navegação rápida entre câmeras.
- 1.81.4. Deverá ser suportado na interface do operador.
- 1.81.5. Deverá ser capaz de exibir e fornecer controle para as câmeras do sistema.
- 1.81.6. Recurso de zoom em mapas.
- 1.81.7. Visualização em web browsers, com opção de conexão segura no acesso à câmera (HTTPS).
- 1.81.8. Visualização de vídeo ao vivo ou reprodução de gravações para no mínimo 4 câmeras simultaneamente, advindos do mesmo ou diferentes servidores.

1.82. Recurso de análise de imagem – ANALÍTICO

- 1.82.1. O recurso deverá ser disponibilizado quando da ativação das Licenças adquiridas para os itens de Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular, e Módulo para reconhecimento facial.
- 1.82.2. Deve Integrado ou incorporado ao VMS.
- 1.82.3. Capacidade para reconhecer as câmeras licenciadas para reconhecimento de leitura de placas veiculares e reconhecimento de rosto.
- 1.82.4. Detecção e Reconhecimento de Placas – LPR.
- 1.82.5. Detecção e reconhecimento de faces.
- 1.82.6. Detecção de movimento.
- 1.82.7. Detecção de passagem de linha.
- 1.82.8. Objetos abandonados.
- 1.82.9. Contagem de pessoas.
- 1.82.10. Movimento na área de interesse.
- 1.82.11. Mudança no plano de fundo da cena.
- 1.82.12. Perda de qualidade de vídeo (perda de foco, sujeira, ofuscamento ou obscurecimento da imagem).
- 1.82.13. Parada na área de interesse.
- 1.82.14. Permanência na área.
- 1.82.15. Entrada e saída na área.
- 1.82.16. Detecção de eventos em tempo real com predefinição de potenciais eventos de interesse, receber alertas no VMS por sinal de alarme visual e sonoro, permitir visualização da imagem da ocorrência em tempo real.

1.82.17. Deverá ser compatível com os dispositivos listados nos fóruns Onvif, Profile S, G e T, nos itens considerados obrigatórios em cada Profile.

1.82.18. Deverá identificar e informar ocorrências independentemente da presença do operador, eliminando a necessidade de vigilância constante do operador do sistema.

2. ITEM 2: Módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular

2.1. Fornecimento de módulo de leitura e reconhecimento de placa veicular, compatível e homologada com o VMS, com licença sem limite de tempo de validade.

2.2. O módulo deverá contemplar todo o hardware necessário ao funcionamento do recurso, como servidor para gestão das licenças e processamento, câmeras, e licenças de uso.

2.3. A licença deverá habilitar todas as funções do VMS relativas ao reconhecimento de placas, e as ações que dependam dessa licença dentro do VMS e do Software de Controle de Acesso.

2.4. Deve habilitar a capacidade de capturar e identificar automaticamente diversas placas do Brasil e Mercosul.

2.5. O banco de dados deve ser integrado ao banco de dados do VMS ou permitir cadastro através dele.

2.6. Banco de dados com capacidade mínima de registrar 50.000 placas

2.7. Deve permitir Leitura de placa veicular em velocidades de 0 (zero) a no mínimo 20 Km/h.

2.8. Deverá possuir algoritmo de reconhecimento baseado em modelo e não depender apenas de reconhecimentos individuais de caracteres.

2.9. Com Eficiência de acerto na detecção, captura e identificação de placas maior que 90%.

2.10. Deve possibilitar ao VMS Recurso de pesquisas por: Data, hora, placa, conjunto de caracteres, final da placa, câmera utilizada e outros, e periodicidade de passagens.

2.11. Deverá permitir a emissão de relatórios.

2.12. Deverá registrar e arquivar em banco de dados a imagem do vídeo, data, hora, número da placa.

2.13. Deverá fornecer três modos para armazenar as imagens capturadas pelo reconhecimento da placa: foto de cena inteira, apenas o veículo ou apenas a imagem da placa.

2.14. Deverá suportar pelo menos três opções de gravação de vídeo associadas a eventos.

2.15. Deverá ser capaz de armazenar toda uma sequência de vídeo associada ao resultado do reconhecimento da placa.

2.16. Capacidade de capturar e armazenar, mesmo quando uma placa não estiver cadastrada.

2.17. Capacidade de Capturar a placa e armazenar, mesmo quando nenhuma placa for reconhecida ou a placa estiver faltando.

2.18. Capacidade de vários métodos de pesquisa por placa capturada como data e/ou hora, e associar os resultados da pesquisa às imagens e vídeos das placas.

2.19. Especificação mínima da câmera para leitura e reconhecimento de placa veicular:

2.19.1. Resolução de vídeo 1920 x 1080 (2MP) a 30 PFS.

2.19.2. Lente Varifocal Motorizada para uso de leitura de placas veiculares;

2.19.3. A lente deve suportar ajuste de zoom e foco remotamente.

2.19.4. LEDs infravermelhos integrados com alcance mínimo de 25 metros

2.19.5. Com sensor de imagem CMOS de varredura progressiva de no mínimo 1/2.8" com resolução FULL HD de 2MP.

2.19.6. Com Foco Automático.

2.19.7. Deve operar em ambiente de baixa luminosidade, com sensibilidade mínima ou superior de 0,16 lux no modo colorido, e de 0,1 Lux em modo monocromático com IR ligado.

2.19.8. Com função de rotação de imagem entre 0°, 90°, 180°, 270°.

2.19.9. Com Função Dia/Noite com filtro infravermelho.

2.19.10. Com suporte a faixa dinâmica de no mínimo (WDR) de 120 dB ou superior.

2.19.11. A câmera deve possuir detecção de movimento.

2.19.12. Com suporte a Gravação por detecção de movimento.

2.19.13. Permitir conexões simultâneas de usuários em modo Unicast.

2.19.14. Com recurso para Redução de ruído de imagem, ou recurso equivalente.

2.19.15. Porta Ethernet TCP IP, RJ45 100BASE-TX ou T.

2.19.16. Alimentação PoE (IEEE 802.3af ou at).

2.19.17. Deverá disponibilizar espaço de armazenamento mínimo de 64 GB internamente na câmera para gravação de vídeo, sendo que está gravação deverá ser codificada.

2.19.18. Deve permitir atualização remota do firmware.

2.19.19. Controle de ganho Automático.

2.19.20. Deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S, G e T, ou ser compatível com ONVIF profiles S, G e T. A compatibilidade deverá ser comprovada através de documentação técnica do fabricante da câmera.

2.19.21. Deverá possuir fluxo de vídeo seguro.

2.19.22. Recurso de Balanço de Branco.

2.19.23. Capacidade para espelhamento de imagem.

2.19.24. Com certificações FCC ou CE.

2.19.25. Com suporte a M-JPEG, H.264 ou H265 ou superior, devendo permitir taxa de quadros dinâmicos e automaticamente variáveis de acordo com a movimentação na cena.

2.19.26. Servidor web HTTP embutido para permitir vídeo e configuração da câmera, diretamente através do navegador de internet.

2.19.27. Suporte a qualidade de serviço (QoS) para priorizar o tráfego.

2.19.28. Suporte aos protocolos: TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, ARP e 802.1X.

2.19.29. Permitir no mínimo 2 conexões simultâneas.

2.19.30. Criptografia HTTPS padrão de mercado.

2.19.31. Autenticação baseada em porta 802.1x, EAP-TLS ou EAP-MD-5 ou EAP-PEAP.

2.19.32. As câmeras devem ter todas as suas funcionalidades preservadas mesmo em rede interna sem acesso à internet.

2.19.33. Com proteção IP66.

2.19.34. Temperatura de operação de -10 °C a 50 °C, em ambiente de 15 a 90% de umidade.

2.20. O equipamento deverá ser fornecido com suportes ou acessórios para fixação em teto e parede. O suporte deverá possuir acomodação para que os cabos não fiquem expostos.

2.21. Deverá ser fornecido com todos os acessórios de instalação.

3. ITEM 3: Módulo para reconhecimento facial

3.1. Fornecimento de módulo de leitura e reconhecimento facial, compatível e homologada com o VMS, com licença sem limite de tempo de validade.

3.2. O módulo deverá contemplar todo o hardware necessário ao funcionamento do recurso, como servidor para gestão das licenças e processamento, e licenças de uso.

3.3. A licença deverá habilitar todas as funções do VMS relativas ao reconhecimento facial, e as ações que dependam dessa licença dentro do VMS e do Software de Controle de Acesso.

3.4. O módulo deverá ser compatível com as câmeras TIPO 1 e 2 deste Termo de Referência.

3.5. A licença deverá habilitar todas as funções do VMS relativas ao Reconhecimento Facial, e as ações que dependam dessa licença dentro do VMS e do Software de Controle de Acesso.

3.6. Com função de Identificação e reconhecimento de pessoas através de reconhecimento facial dentro de um perímetro estabelecido.

3.7. Registro em tempo real das faces identificadas em banco de dados, para classificação e pós-processamento.

3.8. O reconhecimento facial deve permitir integração para gerar eventos, alarmes no VMS e serem registrados em sua base de dados.

3.9. O banco de dados deve ser integrado ao banco de dados do VMS ou permitir cadastro através dele.

3.10. Capacidade de detectar e capturar simultaneamente múltiplas faces da mesma visão da câmera.

3.11. Deverá selecionar automaticamente o quadro de vídeo otimizado para localização de face.

3.12. Recurso para ajustar parâmetros e limiares de reconhecimento.

3.13. Capacidade para registrar um evento e gerar alarme se programado para uma pessoa reconhecida.

3.14. Recurso de clicar no rosto de uma pessoa a partir da interface do usuário e exibir o vídeo associado à imagem facial capturada.

3.15. Capacidade de localizar e capturar faces de múltiplos canais de vídeo em tempo real.

3.16. Nível de precisão de 90%.

3.17. Deverá fornecer um índice de qualidade das faces reconhecidas.

3.18. Deverá permitir a criação de perfis de cadastros de Pessoas.

3.19. Deverá funcionar tanto em ambientes externos como internos.

3.20. Deverá permitir a busca de faces.

3.21. Deve registrar e arquivar a imagem, data, horário e canal de captura.

3.22. Permitir a utilização de faces (fotos) já cadastradas e a captura manual das fotos com associação em tempo real às demais informações da pessoa.

4. ITEM 4: Câmera Tipo 1 – dome

4.1. Resolução de vídeo 1920 x 1080 (2MP) a 30 PFS.

4.2. Lente Varifocal Motorizada de 3,5 a 8,9 mm ou com range igual ou maior. A lente deve ser auto- iris DC ou P-Iris.

4.3. lente deve suportar ajuste de zoom e foco remotamente.

4.4. LEDs infravermelhos integrados com alcance mínimo de 30 metros.

4.5. Com sensor de imagem CMOS de varredura progressiva de no mínimo 1/3".

4.6. Com função de Contagem de Pixels.

4.7. Com Foco Automático.

4.8. Deve operar em ambiente de baixa luminosidade, com sensibilidade mínima ou superior de 0,16 lux no modo colorido, e de 0,1 Lux em modo monocromático com IR ligado.

4.9. Com função corredor 9:16, ou recurso de rotação de imagem entre 0°, 90°, 180°, 270°.

4.10. Com suporte a faixa dinâmica de no mínimo (WDR) de 120 dB ou superior.

4.11. A câmera deve possuir detecção de movimento.

4.12. Com suporte a Gravação por detecção de movimento.

4.13. Permitir conexões simultâneas de usuários em modo Unicast.

4.14. Com suporte a máscaras de privacidade. A câmera deve permitir a criação de máscaras privativas na área de imagem.

4.15. Com recurso para Redução de ruído de imagem, ou recurso equivalente.

4.16. Porta Ethernet TCP IP, RJ45 100BASE-TX ou T.

4.17. Alimentação PoE (IEEE 802.3af ou at).

4.18. Deverá disponibilizar espaço de armazenamento mínimo de 64 GB internamente na câmera para gravação de vídeo, sendo que está gravação deverá ser codificada.

4.19. Deve permitir atualização remota do firmware.

4.20. Controle de ganho Automático.

4.21. O equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S, G e T, ou ser compatível com ONVIF profiles S, G e T. A compatibilidade deverá ser comprovada através de documentação técnica do fabricante da câmera.

4.22. Deverá possuir fluxo de vídeo seguro.

- 4.23. Recurso de Balanço de Branco.
- 4.24. Capacidade para espelhamento de imagem.
- 4.25. Com certificações FCC e CE.
- 4.26. Com suporte a M-JPEG, H.264 ou H265 ou superior, devendo permitir taxa de quadros dinâmicos e automaticamente variáveis de acordo com a movimentação na cena.
- 4.27. Servidor web HTTP embutido para permitir vídeo e configuração da câmera, diretamente através do navegador de internet.
- 4.28. Suporte a qualidade de serviço (QoS) para priorizar o tráfego.
- 4.29. Suporte aos protocolos: TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, ARP e 802.1X.
- 4.30. Permitir no mínimo 5 conexões simultâneas.
- 4.31. Criptografia HTTPS padrão de mercado.
- 4.32. Autenticação baseada em porta 802.1x, EAP-TLS ou EAP-MD-5 ou EAP-PEAP.
- 4.33. As câmeras devem ter todas as suas funcionalidades preservadas mesmo em rede interna sem acesso à internet.
- 4.34. Com proteção IP65.
- 4.35. Temperatura de operação de -10 °C a 50 °C, em ambiente de 15 a 90% de umidade.
- 4.36. O equipamento deverá ser fornecido com suportes ou acessórios para fixação em teto e parede. O suporte deverá possuir acomodação para que os cabos não fiquem expostos.
- 4.37. Deverá ser fornecido com todos os acessórios de instalação.
- 4.38. Deverá ser fornecido com a câmera um software que permita no mínimo: Buscar as câmeras em ambiente de rede, atualizar firmware, e realizar configuração das câmeras de modo simultâneo.

5. ITEM 5: Câmera Tipo 2 – bullet

- 5.1. Resolução de vídeo 1920 x 1080 (2MP) a 30 PFS.
- 5.2. lente embutida varifocal, auto-iris, motorizada, com range de 3,2 a 8,3mm.
- 5.3. A lente deve suportar ajuste de zoom e foco remotamente.
- 5.4. Com ângulo de abertura máximo de pelo menos 100º e ângulo mínimo de 48º com foco e zoom remotos.
- 5.5. LEDs infravermelhos integrados com alcance mínimo de 30 metros.
- 5.6. Com sensor de imagem CMOS de varredura progressiva de no mínimo 1/2.8" com resolução FULL HD de 2MP.
- 5.7. Com função de Contagem de Pixels.
- 5.8. Com Foco Automático.
- 5.9. Deve operar em ambiente de baixa luminosidade, com sensibilidade mínima ou superior de 0,16 lux no modo colorido, e de 0,1 Lux em modo monocromático com IR ligado.
- 5.10. Com função de rotação de imagem entre 0º, 90º, 180º, 270º.
- 5.11. Com Função Dia/Noite com filtro infravermelho.
- 5.12. Com suporte a faixa dinâmica de no mínimo (WDR) de 120 dB ou superior.
- 5.13. A câmera deve possuir detecção de movimento.
- 5.14. Com suporte a Gravação por detecção de movimento.
- 5.15. Permitir conexões simultâneas de usuários em modo Unicast.
- 5.16. Com suporte a máscaras de privacidade. A câmera deve permitir a criação de máscaras privativas na área de imagem.
- 5.17. Com recurso para Redução de ruído de imagem, ou recurso equivalente.
- 5.18. Porta Ethernet TCP IP, RJ45 100BASE-TX ou T.
- 5.19. Alimentação PoE (IEEE 802.3af ou at).
- 5.20. Deverá disponibilizar espaço de armazenamento mínimo de 64 GB internamente na câmera para gravação de vídeo, sendo que está gravação deverá ser codificada.
- 5.21. Deve permitir atualização remota do firmware.
- 5.22. Controle de ganho Automático.
- 5.23. equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S, G e T, ou ser compatível com ONVIF profiles S, G e T. A compatibilidade deverá ser comprovada através de documentação técnica do fabricante da câmera.
- 5.24. Deverá possuir fluxo de vídeo seguro.
- 5.25. Recurso de Balanço de Branco.
- 5.26. Capacidade para espelhamento de imagem.
- 5.27. Com certificações FCC e CE.
- 5.28. Com suporte a M-JPEG, H.264 ou H265 ou superior, devendo permitir taxa de quadros dinâmicos e automaticamente variáveis de acordo com a movimentação na cena.
- 5.29. Servidor web HTTP embutido para permitir vídeo e configuração da câmera, diretamente através do navegador de internet.
- 5.30. Suporte a qualidade de serviço (QoS) para priorizar o tráfego.
- 5.31. Suporte aos protocolos: TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP, ARP e 802.1X.
- 5.32. Permitir no mínimo 5 conexões simultâneas.
- 5.33. Criptografia HTTPS padrão de mercado.
- 5.34. Autenticação baseada em porta 802.1x, EAP-TLS ou EAP-MD-5 ou EAP-PEAP.
- 5.35. As câmeras devem ter todas as suas funcionalidades preservadas mesmo em rede interna sem acesso à internet.

- 5.36. Com proteção IP66.
- 5.37. Temperatura de operação de -10 °C a 50 °C, em ambiente de 15 a 90% de umidade.
- 5.38. O equipamento deverá ser fornecido com suportes ou acessórios para fixação em teto e parede. O suporte deverá possuir acomodação para que os cabos não fiquem expostos.
- 5.39. Deverá ser fornecido com todos os acessórios de instalação.
- 5.40. Deverá ser fornecido com a câmera um software que permita no mínimo: Buscar as câmeras em ambiente de rede, atualizar firmware, e realizar configuração das câmeras de modo simultâneo.

6. ITEM 6: Câmera Tipo 3 - SPEED DOME PTZ

- 6.1. Resolução de vídeo 1920 x 1080 (2MP) a 30 PFS.
- 6.2. Lente motorizada com distância focal, no valor mínimo de 3,8 mm a 5,9mm e no valor máximo de 129mm a 180mm, com suporte a foco e zoom remotos.
- 6.3. Lente com zoom óptico de pelo menos 30x e zoom digital de 12x.
- 6.4. Com no mínimo, 256 posições programáveis (Presets).
- 6.5. Deve permitir ronda eletrônica e varreduras múltiplas.
- 6.6. Com ajuste de PAN na faixa de 360° contínuo.
- 6.7. Velocidade de PAN de no mínimo 300°/s e de TILT de no mínimo 200°/s.
- 6.8. Deverá permitir configuração de patrulhas.
- 6.9. Com função de rastreamento automático (auto-tracking).
- 6.10. A lente deve suportar ajuste de zoom e foco remotamente.
- 6.11. LEDs infravermelhos integrados com alcance mínimo de 150 metros.
- 6.12. Com sensor de imagem CMOS de 1/2.8" ou maior, com varredura progressiva.
- 6.13. Com Foco Automático.
- 6.14. Deverá operar com baixa luminosidade, com sensibilidade mínima igual ou inferior a 0.1 lux no modo colorido e 0,08 lux no modo monocromático.
- 6.15. Com Foco Automático.
- 6.16. Com suporte a faixa dinâmica de no mínimo (WDR) de 120 dB ou superior.
- 6.17. A câmera deve possuir detecção de movimento.
- 6.18. Com suporte a Gravação por detecção de movimento.
- 6.19. Permitir conexões simultâneas de usuários em modo Unicast.
- 6.20. Com suporte a máscaras de privacidade. A câmera deve permitir a criação de máscaras privativas na área de imagem.
- 6.21. Com recurso para Redução de ruído de imagem, ou recurso equivalente.
- 6.22. Porta Ethernet TCP/IP, RJ45 100BASE-TX ou T.
- 6.23. Alimentação PoE conforme padrão IEEE 802.3at ou High POE, caso necessite de injetor este deverá ser fornecido junto com a câmera.
- 6.24. Deverá disponibilizar espaço de armazenamento mínimo de 64 GB internamente na câmera para gravação de vídeo, sendo que está gravação deverá ser codificada.
- 6.25. Deve permitir atualização remota do firmware.
- 6.26. O equipamento deverá estar listado no fórum ONVIF, profile S, G e T, ou ser compatível com ONVIF profiles S, G e T. A compatibilidade deverá ser comprovada através de documentação técnica do fabricante da câmera.
- 6.27. Deverá possuir fluxo de vídeo seguro.
- 6.28. Recurso de Balanço de Branco.
- 6.29. Com certificações FCC e CE.
- 6.30. Com suporte a M-JPEG, H.264 ou H.265 ou superior, devendo permitir taxa de quadros dinâmicos e automaticamente variáveis de acordo com a movimentação na cena.
- 6.31. Servidor web HTTP embutido para permitir vídeo e configuração da câmera, diretamente através do navegador de internet.
- 6.32. Suporte a qualidade de serviço (QoS) para priorizar o tráfego.
- 6.33. Suporte aos protocolos: TCP/IP, HTTP, FTP, DHCP, DNS, RTP, RTSP, UPnP, SMTP, SNMP, IGMP e 802.1X.
- 6.34. Permitir no mínimo 5 conexões simultâneas.
- 6.35. Criptografia HTTPS padrão de mercado.
- 6.36. Autenticação baseada em porta 802.1x, EAP-TLS ou EAP-MD-5 ou EAP-PEAP.
- 6.37. As câmeras devem ter todas as suas funcionalidades preservadas mesmo em rede interna sem acesso à internet.
- 6.38. Com proteção IP66, e IK8.
- 6.39. Temperatura de operação de -10 °C a 50 °C, em ambiente de 15 a 90% de umidade.
- 6.40. O equipamento deve ser fornecido com todos os acessórios para poste (parafusos, cintas etc.) necessários para o seu pleno funcionamento e fixação ao ponto de captura.
- 6.41. Deverá ser fornecido com todos os acessórios de instalação.
- 6.42. Deverá ser fornecido com a câmera um software que permita no mínimo: Buscar as câmeras em ambiente de rede, atualizar firmware, e realizar configuração das câmeras de modo simultâneo.

7. ITEM 7: Sistema de controle de acesso

- 7.1. Para controle de Acesso de Pessoas e veículos nas Cancelas e Catracas, baseado na leitura de cartões de identificação, ou leitura biométrica com ou sem contato, ou com reconhecimento de placas, ou com reconhecimento facial, bem como nas informações constantes na base de dados, inclusive com combinação dos recursos de autenticação, a partir de cadastramento previamente executado.
- 7.2. O sistema deverá ser fornecido na forma servidor de rede para execução do software e gerenciamento das licenças, ou na forma de um software para instalação em máquina virtual (VM).

- 7.2.1. Independentemente do tipo ofertado, o sistema deverá ser redundante, de tal modo que, se um dos servidores falhar o outro servidor assumirá automaticamente a função do servidor que falhou.
- 7.3. No caso da opção de fornecimento do software deverão ser utilizados os servidores de rede especificados e licitados neste Termo de Referência, os servidores licitados também serão utilizados na gravação das imagens de vídeo gerados pelas câmeras, e para instalação dos demais softwares que compõem a Solução como um todo.
- 7.3.1. O software deverá ser compatível com a plataforma de virtualização Hyper-v da Microsoft.
- 7.3.2. O Software deverá ter suporte ao sistema operacional Windows Server 2019 ou posterior, enquanto o software cliente deverá ter suporte ao Microsoft Windows 11 PRO ou superior.
- 7.4. As licenças dos softwares e do banco de dados devem estar inclusas, inclusive as licenças para comunicação com as placas controladoras, dispositivos e bloqueio, e terminais de leitura facial e de cartão.
- 7.5. Deverá ser permitido ativar, excluir ou reparar a licença sem a intervenção do fabricante;
- 7.6. As licenças deverão ser vitalícias, e ter atualização garantida de versão do software por no mínimo 36 meses.
- 7.7. Deve ser disponibilizado licenças para no mínimo 20 estações de monitoramento, e 10 licenças para cadastramento de usuários e visitantes.
- 7.8. Deverá permitir acesso separado para administradores, operadores, e cadastradores aos elementos do sistema, possibilitando que cada Unidade da Polícia Federal interligada ao Sistema de Controle de Acesso possa ser configurada de forma independente, com gerência local própria e com possibilidade de gerenciar grupos e usuários.
- 7.9. Com Capacidade de Configuração dos níveis de segurança de acesso de operadores, administradores e usuários.
- 7.10. Com capacidade de criação de perfil de emergência, para acionamento em caso de sinistro.
- 7.11. Capacidade de criação de usuários, e grupos de usuários com perfis de gerenciamento e/ou monitoramento.
- 7.12. Capacidade de disponibilizar interface de monitoramento para operador, com alarmes e eventos.
- 7.13. Deverá ser integrado pela Contratada ao Controlador de Domínio da Polícia Federal. Com Autenticação única para administradores, operadores, e cadastradores, integrada com Microsoft Windows (AD).
- 7.14. Deverá ser disponibilizada uma interface WEB, ou por software, com todos os recursos disponíveis na solução, o link de acesso à interface poderá ser integrado e disponibilizado no portal da Intranet da Polícia Federal. O Software de Interface Web deve se integrar à solução de single sign-on da PF. Pode-se utilizar OAuth2 ou SAML. A solução utilizada pela PF é o RH SSO (Redhat Single SignOn).
- 7.15. Deverá ser integrado pela Contratada, de tal forma que seja capaz de se comunicar com bancos de dados da Polícia Federal, e dessa forma compartilhar informações de cadastros de usuários e de veículos.
- 7.16. Serão aceitos os bancos de dados SQL Server, Oracle Server, PostgreSQL.
- 7.17. Deverá ser capaz de gerenciar uma base de dados de no mínimo 20.000 usuários.
- 7.18. Deverá permitir integração com outros sistemas via API (Application Programming Interface) REST (Representational State Transfer).
- 7.19. Com SDK - Software Development Kit (kit de desenvolvimento de aplicativos) ou API (Application Programming Interface), para integração dos sistemas. Os SDK's e/ou as ferramentas de integração devem ser devidamente documentados, a fim de permitir, se necessário, a integração com outros sistemas sem a necessidade de assistência externa.
- 7.20. Deverá permitir a geração de relatórios por unidades e por determinado período que mostrem os eventos de entrada e saída de pessoas, fornecendo os seguintes dados no mínimo: matrícula, horário do evento, indicação se foi evento de entrada/saída.
- 7.21. Deverá ser a única interface utilizada para cadastro, monitoramento e gerenciamento, considerando que os demais softwares que venham a compor a solução estarão devidamente integrados.
- 7.22. Com função de impressão de cartões e controle de impressão de crachás de identificação integradas ao software.
- 7.23. Com idioma em português/BR.
- 7.24. Deverá permitir que o alarme gerado no sistema realize a indicação sonora e abertura de pop-ups de notificação para o operador da central de monitoramento.
- 7.25. Escalável em aplicação cliente/servidor e webserver para integração das operações de segurança integrada, de modo a incluir gerenciamento e administração da configuração do sistema, comando e controle, e monitoramento em tempo real, gerenciamento de alarmes, vídeo, credenciamento de visitantes, e interface com subsistemas e aplicações de bancos de dados.
- 7.26. Com capacidade de detecção e monitoramento on-line de intrusão, violação, porta aberta, falhas dos equipamentos de controle, entre outros.
- 7.27. Com capacidade de cadastramento e customização dos procedimentos a serem utilizados para o tratamento dos alarmes.
- 7.28. Deverá controlar o reconhecimento e o tratamento dos alarmes efetuados pelos operadores.
- 7.29. Capacidade de tratamento automático de alarmes tais como: acionamento de sirene/luzes de emergência, liberação dos dispositivos de bloqueio.
- 7.30. Com Capacidade de mascarar alarmes em faixas horários predeterminadas.
- 7.31. Deve possibilitar o acionamento de módulos de potência (Ex: relé).
- 7.32. Capacidade de configurar vínculos onde qualquer evento de entrada/saída pode ser correlacionado a qualquer outro evento de entrada/saída no sistema.
- 7.33. Capacidade de analisar dados de entrada que, combinados com dados de autorização, possam acionar ou liberar acessos de entrada ou de saída.
- 7.34. Deverá ser totalmente integrado aos sistemas de biometria, possibilitando o cadastramento dos usuários, bem como armazenamento das informações de cadastro na mesma base de dados do Sistema de Controle de Acesso ou integrados entre si.
- 7.35. Deverá permitir a criação e edição de mapas gráficos, hierarquizáveis, que proporcionem uma visualização rápida do status das interfaces, leitores e entradas supervisionadas de alarme, devendo permitir a importação de arquivos de mapas.
- 7.36. Com recurso de auto verificação capaz de diagnosticar e gerar alarmes de falhas no sistema de Controle de Acesso, supervisionando as controladoras, leitoras biométricas, acionadores, sensores de fechaduras, catracas e cancelas.
- 7.37. Deverá dificultar a dupla entrada e saída de pessoas e veículos.
- 7.38. Deverá permitir dupla verificação em áreas predefinidas.
- 7.39. Com capacidade de gerar alarmes de pessoas não autorizadas em áreas restritas, inclusive visitantes.
- 7.40. Deve permitir buscar e associar eventos indexados, no mínimo por: Nome de Usuário ou Matrícula ou Placa Veicular ou Data e Horários ou Rosto.
- 7.41. Com capacidade de apresentar os eventos e permitir a configuração dos níveis de prioridades para os alarmes.
- 7.42. Deverá permitir a configuração de respostas e instruções padronizadas para reconhecimento de determinados alarmes.
- 7.43. Capacidade de auditoria para, no mínimo, as seguintes informações: data e horário do evento, usuário que fez a alteração, e o que foi alterado.
- 7.44. Deverá possuir ferramenta de relatórios integrada e consultas customizáveis, com exportação para, no mínimo, um dos seguintes formatos de arquivos: xls, csv, txt.
- 7.45. Deverá permitir a associação e indexação de eventos em forma de relatório para atividades de entradas e saída de veículos e pessoas, alarmes e eventos, e ações tomadas.
- 7.46. Deve permitir o envio de alertas por e-mail, com texto e formatação customizáveis.

- 7.47. Deve permitir que um usuário de uma Unidade da Polícia Federal possa acessar os eventos gravados ou em tempo real de outra Unidade, desde que devidamente autorizado e configurado no sistema.
- 7.48. Deverá permitir o cadastro de pessoas e objetos, tais como: Servidores, Veículos, Colaboradores Contratados, Terceiros e Visitantes.
- 7.49. Deverá permitir a utilização de webcams para registro de fotos de rosto. As fotos devem ser armazenadas no servidor, a fim de disponibilizar sua visualização a partir de qualquer estação de cadastramento.
- 7.50. Deverá ser capaz de utilizar informações como leitura de placas veiculares e de rostos combinadas com leitores de acesso, para permitir ou negar o acesso através de catracas, cancelas e portas, e gerar alarmes.
- 7.51. Deverá permitir a associação de câmeras a equipamentos do controle de acesso, possibilitando a visualização de imagens associadas aos eventos desses equipamentos. O operador poderá visualizar as imagens armazenadas no sistema de CFTV nos horários da ocorrência de eventos por meio da interface do Controle de Acesso.
- 7.52. Deverá permitir que todos os eventos e alarmes sejam enviados em tempo real para o sistema de VMS.

7.53. Acesso de Pessoas

- 7.53.1. Deverá permitir que arquivos do tipo foto, documentos digitalizados, ou documentos em PDF, sejam anexados ao cadastro do usuário.
- 7.53.2. Deverá permitir o registro e bloqueio de pessoas, ou grupo de pessoas com restrições de acessos (lista negra).
- 7.53.3. Deverá possuir a possibilidade de criação e edição de campos personalizados nas telas de cadastro de usuários.
- 7.53.4. Deverá permitir o cadastramento de pessoas, com no mínimo as seguintes informações: nome, foto, matrícula, carteira de identidade ou CPF, carteira de motorista, e leitura biométrica.
- 7.53.5. Deverá permitir o acesso de pessoas por meio de autenticação por leitor de biometria com e sem contato, leitor de proximidade, e leitura facial.
- 7.53.6. Deverá ter suporte a autenticação por múltiplos fatores, com configuração feita de forma individual por leitora e por grupos de usuários. No mínimo, as seguintes combinações de autenticação devem ser suportadas: cartão + biometria, cartão + biometria facial.
- 7.53.7. Deverá permitir a confecção de crachás com os dados do usuário.

7.54. Acesso de Veículos

- 7.54.1. Deverá possibilitar o controle do acesso da frota de viaturas da Polícia Federal, além de controlar o acesso de veículos particulares.
- 7.54.2. Deverá ser capaz de analisar e realizar ações a partir de:
- 7.54.3. Leitura de placas veiculares fornecidas pelo VMS.
- 7.54.4. Leitura de biometria de digitais e facial.
- 7.54.5. Leitura de Crachá.
- 7.54.6. Outros sistemas externos devidamente integrados.
- 7.54.7. Deverá permitir a abertura das cancelas para acesso de veículos, mediante a combinação de ao menos 2 tipos de autenticação.
- 7.54.8. Deverá ser capaz de enviar comando para abertura de portão de acesso de veículos, em sincronismo com a cancela.
- 7.54.9. Deverá permitir o cadastro de visitante e do veículo do visitante na guarita da Polícia Federal. O usuário receberá um cartão Smartcard, vinculado à placa do veículo, que poderá ser configurado para que a abertura da cancela possa ser feita pelo leitor de proximidade, ou pela leitura da placa ou pela combinação de ambos.
- 7.54.10. Deverá permitir o cadastro de veículos com: marcas, modelos, tipos, e numeração da placa.

8. ITEM 8: Catraca Pedestal

- 8.1. Deve ser instalada, configurada, e integrada ao Sistema de Controle de Acesso, o item catraca deve ser acompanhado dos seguintes componentes:

- 8.1.1. Catraca;
- 8.1.2. Urna Coletora de Saída;
- 8.1.3. Controladoras para integração com o Sistema de Controle de Acesso;
- 8.1.4. leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato.
- 8.1.5. Licenças de Funcionamento para todos os itens.
- 8.1.6. Módulo de energia ininterrupto para garantir o funcionamento durante a falha da energia comercial, pelo período mínimo de 20 minutos.

8.2. Catraca

- 8.2.1. O acabamento externo da Catraca deve ser em aço carbono ou aço inox 304 escovado ou superior. Os locais de contato com o usuário, como a lateral e tampo devem ser em aço inox, sendo também permitido o uso de plástico de alta resistência ou vidro temperado em combinação com o aço;
- 8.2.2. O equipamento deve possuir três braços, em aço inox 304 polido, com acabamento em plástico de alta resistência em sua extremidade;
- 8.2.3. Deve possuir dispositivo de segurança, para acesso ao seu interior.
- 8.2.4. Deve possibilitar a fixação em piso através da área interna do equipamento.
- 8.2.5. Parafusos de fixação não devem ficar aparentes.
- 8.2.6. Com pictograma na parte superior para indicar acesso liberado na cor verde, ou bloqueado na cor vermelha, e orientar em outra cor o local em que o usuário deverá apresentar o cartão de proximidade.
- 8.2.7. Com pictograma lateral de cada lado, para indicar a disponibilidade e/ou sentido de passagem.
- 8.2.8. Deve possuir fonte interna full range (90VAC a 240 VAC), com capacidade de alimentar todos os componentes da Catraca.
- 8.2.9. Com placa eletrônica embarcada para o controle das funções da Catraca.

8.2.10. Mecanismo de Giro da catraca:

- 8.2.10.1. O giro deve ocorrer conforme o usuário exerça força nos braços.
- 8.2.10.2. Deve operar de forma que permita o travamento do giro, sendo composto por solenoides que atuam de forma independente para travamento do sentido de entrada ou saída.
- 8.2.10.3. Deve possuir sensor de giro do tipo Hall, ou indutivo, ou ótico, para identificar o sentido do giro dos braços.
- 8.2.10.4. Em caso de meio giro dos braços, o mecanismo deverá travar o retorno, possibilitando apenas a conclusão do acesso, evitando a burla do meio giro.
- 8.2.10.5. Deve permitir o uso bidirecional, ou seja, possibilidade de travamento ou liberação nas quatro condições: Ambos sentidos livres; 2º- ambos sentidos travados; 3º sentido de entrada travado e saída livre; e 4º- sentido de entrada livre e saída travado.

8.3. Urna Coletora de Saída

8.3.1. Deve ser embutida na estrutura da catraca.

8.3.2. Deve possuir dispositivo de recolhimento de cartões, dotado de sensor ótico para identificar o depósito de cartões que não sejam compatíveis com o leitor. O equipamento deve identificar que aquele é um cartão que não foi lido, e permitir o recolhimento dele ao recipiente e não liberar a passagem. Deve suportar uma quantidade mínima de 100 unidades de crachás recolhidos. O acesso aos cartões depositados deve ser protegido.

8.3.3. Deve vir acompanhado com leitor de proximidade, compatível com a tecnologia dos cartões especificados neste Termo de Referência.

8.4. Controladoras para integração com o sistema de controle de acesso

8.4.1. Devem ser instaladas controladoras suficientes para o funcionamento de todo o conjunto da catraca.

8.4.2. Suportar no mínimo 30.000 (Cinquenta mil) registros de transações para funcionamento em modo offline.

8.4.3. Suportar armazenamento de registros de no mínimo 30.000 (cinquenta mil) titulares de cartão.

8.4.4. Possuir entrada de contato seco para instalação de alarmes externos.

8.4.5. Com conexões para leitoras com suporte ao Protocolo OSDP ou weigand, com formatos de leitura de código editável, permitindo a identificação de diversos formatos de cartões.

8.4.6. Com entradas digitais supervisionáveis contra interrupção ou curto-circuito na fiação.

8.4.7. Com entradas digitais auxiliares suficientes para o funcionamento da Catraca.

8.4.8. Com Saídas a Relés suficientes para o funcionamento da Catraca.

8.4.9. De suportar pelo menos 10 diferentes níveis de acesso para titulares dos cartões.

8.4.10. Deve suportar alimentação DC através de fonte de alimentação ou PoE.

8.4.11. Com proteção para curto-circuito na conexão de alimentação elétrica das leitoras.

8.4.12. Deve possuir porta ethernet 100Mbps ou superior.

8.4.13. Deverá possuir hardware com capacidade de utilizar protocolo de transporte seguro SSH ou criptografia AES-128 ou superior na comunicação com o controlador Tipo 1 para que ocorra a transferência segura de dados, sem a necessidade de uso de um dispositivo de criptografia externo.

8.4.14. Deve suportar temperatura de operação no mínimo 0 a 50C.

8.4.15. Com servidor web embarcado, onde através de autenticação de usuário protegido por senha, seja permitido verificar informações do funcionamento da controladora, e realizar atualização de firmware.

Leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato:

8.5.1. Pode ser atendido por um único equipamento com as duas formas de leitura ou por equipamentos distintos.

8.5.2. Deverá funcionar sem a necessidade de contato físico do usuário com o equipamento, contendo no mínimo dois tipos de autenticação sem contato, sendo uma de reconhecimento facial, e a outra de leitura de cartão.

8.5.3. Deverá ser integrado com o Sistema de Controle de Acesso e disponibilizar o uso dos recursos de reconhecimento facial e da leitura de cartão.

8.5.4. O leitor de Cartão de proximidade deverá ser compatível com O CARTÃO RFID – crachá, especificado para a Solução de Controle de Acesso deste Termo de Referência.

8.5.5. Deverá possuir capacidade de combinar informações do reconhecimento de face, com a leitura de crachá para liberar/negar acesso de modo combinado.

8.5.6. O tempo para o reconhecimento facial deverá ser menor ou igual a 0,35s, a uma distância de 1,4 metros.

8.5.7. Deverá possuir capacidade para pelo menos 30.000 transações.

8.5.8. Deverá possuir capacidade para armazenar pelo menos 4.000 faces.

8.5.9. Deverá possuir capacidade para armazenar pelo menos 4.000 crachás.

8.5.10. Deverá possuir display colorido sensível ao toque (touch screen) de no mínimo 06 (seis) polegadas ou superior.

8.5.11. Com suporte ao Protocolo de comunicação OSDP, para utilização com as placas controladoras especificadas neste Termo de Referência;

8.5.12. Deverá possuir função de atualização de data e hora pelo servidor web e possuir capacidade de implementação de criptografia HTTPS.

8.5.13. Deverá possuir sensor de sabotagem ou violação do equipamento (tamper).

8.5.14. Deverá possuir recurso de WDR ou similar para aprimoramento da captura das imagens.

8.5.15. Deverá possuir ponto de luz visível para iluminação do ambiente.

8.5.16. Deverá possuir função de configuração da qualidade/assertividade de leitura, reconhecimento e cadastro da face.

8.5.17. Deve possuir tecnologia inteligente para tela de descanso, com uso de detecção para acionar o dispositivo na aproximação do usuário.

8.5.18. Deverá possuir confirmação de reconhecimento luminosa e sonora por voz em língua portuguesa.

8.5.19. Deve possuir tecnologia antifraude que permita a detecção de face viva, impedindo o acesso por fotos ou vídeos.

9. ITEM 9: Cartão de identificação (Crachá)

9.1. Deve suportar a frequência de operação de 13,56 Mhz.

9.2. Memória de no mínimo 8 Kbyte, para instalação de aplicações internas no cartão.

9.3. A transmissão de RF entre a leitora e o cartão deve ser criptografada através de algoritmo seguro, suportando também criptografia padrão AES.

9.4. Deve suportar área de aplicação protegidas por código de 128 bits de leitura/gravação.

9.5. Deve suportar a realização de autenticação mútua entre cartão e leitor baseado na ISO/IEC 24727-3 2008.

9.6. Deve suportar a comunicação entre o cartão e a leitora de no máximo 100 ms.

9.7. Deve possuir design passivo e funcionar sem a necessidade de bateria.

9.8. Com numeração externa do cartão, que poderá ser gravado com jato de tinta ou laser.

9.9. Deve suportar no mínimo o padrão ISO/IEC 7810 e 14443[®].

9.10. Deve suportar retenção de dados de no mínimo 10 anos.

- 9.11. Suportar One Time Password.
- 9.12. Deve suportar a distância de leitura quando apresentada à leitora de de 6 cm até 15 cm dependendo do leitor.
- 9.13. Deve possuir no máximo 0,09 cm de espessura, ser construído em PVC laminado flexível tipo ISO CR80.
- 9.14. Deve suportar a temperatura operacional na faixa mínima de -10° a 50° C.
- 9.15. Deve suportar umidade operacional na faixa mínima de 5 a 90% não condensado.
- 9.16. Deverá ser entregue impresso e configurado

10. ITEM 10: Cancela veicular

10.1. Deve ser instalada, configurada, e integrada ao Sistema de Controle de Acesso, deve ser acompanhado dos seguintes componentes:

- 10.1.1. Cancela.
- 10.1.2. Módulo de segurança ante esmagamento.
- 10.1.3. Totem de Entrada.
- 10.1.4. Totem de Saída.
- 10.1.5. Uma Coletora.
- 10.1.6. Controladoras para integração com o Sistema de Controle de Acesso.
- 10.1.7. Leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato.
- 10.1.8. Licenças de Funcionamento para todos os itens.
- 10.1.9. Módulo de energia ininterrupto para garantir o funcionamento durante a falha da energia comercial.
- 10.1.10. Mini switch POE industrial

10.2. Cancela

- 10.2.1. Deverá ser entregue com todas as licenças de software necessárias para o seu completo funcionamento, integrada ao Controle de Acesso, instalada, e com todos os componentes necessários ao funcionamento, além de: laço Magnético veicular, Totem de Entrada e de Saída, Uma Coletora no Totem de Saída, Controladoras para integração com o Sistema de Controle de Acesso, leitores biométricos de entrada e saída, e leitores de cartão de proximidade.
- 10.2.2. Todo o gabinete da cancela deverá ser fabricado em um ou ambos os materiais a seguir: Chapa de Aço Inoxidável com pintura eletrostática a pó de alta aderência e resistência, ou chapa de Alumínio com pintura eletrostática a pó de alta aderência e resistência.
- 10.2.3. O gabinete deverá ser do tipo autossustentável, com fixação ao piso por meio de uma base chumbada ou com chumbadores, buchas, parafusos em um perfil de aço de alta resistência. Deverá ser resistente a intempéries e grau de proteção mínimo IP54, suportando as seguintes condições climáticas: Ventos de 100Km/h, Humidade de no máximo 90% sem condensação, e Temperaturas entre -10°C a +55°C.
- 10.2.4. Proteções contra raios UV, e infravermelho.
- 10.2.5. Com grau de proteção IP54 no mínimo.
- 10.2.6. Todos os componentes de fixação estruturais (parafusos, porcas e arruelas) expostos ao tempo, deverão ser fabricados em material inoxidável.
- 10.2.7. O gabinete só deverá permitir acesso aos componentes internos por meio de chave com segredo padrão.
- 10.2.8. O acesso aos componentes internos deverá ser realizado de forma segura, ao lado oposto da via de passagem de veículos.
- 10.2.9. O gabinete deve possuir canaletas, suportes, rasgos ou anéis que permitam o cabeamento estruturado internamente.
- 10.2.10. Todo o corpo do gabinete deve estar devidamente aterrado e protegido contra descargas elétricas.
- 10.2.11. mecanismo da cancela deverá ser dotado de motor, redutor, bielas, engrenagens, alavancas e molas de contrabalanço. Não serão aceitos motores com transmissão via corrente, correias lisas e polias.
- 10.2.12. Não serão aceitas fixações do motor em balanço.
- 10.2.13. O motor deverá ser encapsulado, totalmente vedado e devidamente aterrado para garantir segurança e resistência contra intempéries.
- 10.2.14. Todos os elementos mecânicos devem trabalhar a seco, sem a necessidade de lubrificação.
- 10.2.15. O motor principal deverá possuir duplo sentido de rotação, e deverá ser controlado por Inversor de frequência ou regulador de potência em corrente contínua com velocidade variável, capaz de otimizar os tempos de abertura e fechamento, sem impactos em seus fins de curso, não serão aceitos sensores mecânicos (exemplo micro switch) para realizar a identificação dos fins de curso. O conjunto planetário deverá ser selado, e necessitar de lubrificação somente a cada 1 milhão de ciclos, o MCBF deverá ser superior a 4.000.000 de ciclos.
- 10.2.16. Deverá ser dotada de interface para parametrização eletrônica das rampas de aceleração, velocidade nominal e rampa de desaceleração do sistema motriz. Não serão aceitos sistemas com motores de velocidade constante e variações das acelerações realizadas mecanicamente (exemplo braços, alavancas, coxins de impacto ou outros recursos mecânicos).
- 10.2.17. Tempos para abertura e fechamento mínimos de 2s por ciclo.
- 10.2.18. Os tempos de abertura e fechamento devem ser idênticos, com possibilidade de alteração separadamente (exemplo velocidade de fechamento inferior à de abertura) respeitando os limites para cada ponto de instalação.
- 10.2.19. Padrão para alto-fluxo de veículos com desempenho de no mínimo 600 (seiscentos) ciclos/hora;
- 10.2.20. Deverá possuir dispositivos mecânicos que permitam o alinhamento e ajuste do balanço do braço garantindo movimento regular sem vibrações prejudiciais ao mecanismo.
- 10.2.21. Deverá ser capaz de realizar sua abertura automática em caso de emergência ou falta de energia, e permanecer aberta, após o reestabelecimento da emergência, deverá voltar a operação imediatamente sem a necessidade de intervenção manual.
- 10.2.22. Alimentação do equipamento em tensão elétrica de 127 a 220Vac Full Range (cento e vinte e sete a duzentos e vinte VOLTS em corrente Alternada) e frequência de 60Hz (sessenta Hertz).
- 10.2.23. Deverá possuir sistema ininterrupto de energia que permita a operação de todo o conjunto da cancela, por no mínimo 250 (duzentos e cinquenta) ciclos durante a falta de energia da rede elétrica.
- 10.2.24. Para o controle, a cancela deverá possuir saídas do tipo "contato seco" independentes do tipo "NA" (normalmente aberto) e "NF" (normalmente fechado). Não serão aceitos feedbacks por meio de contatos mecânicos como chaves de fins de curso.
- 10.2.25. Gerenciamento realizado por módulo eletrônico no qual deverá ser capaz de manter suas configurações e estados de operação mesmo mediante a ausência de energia ou o desligamento do equipamento.
- 10.2.26. Interface de acionamento de entrada (Inputs) a transistor com segurança por meio de componentes eletrônicos (exemplo fotoacopladores elétricos, diodos e etc.), sendo sua saturação por potencial elétrico positivo (+) ou negativo (-), dedicados separadamente para abertura, fechamento, contato de segurança e outros. O acionamento poderá ser realizado por um dos seguintes meios:
 - 10.2.26.1. Aplicação de tensão elétrica provida pela cancela em uma das entradas correspondentes em potencial elétrico positivo ou negativo, na forma de degrau constante ou pulso com duração mínima de 100ms (cem milissegundos).
 - 10.2.26.2. Fechamento tipo contato seco em uma das entradas correspondentes por meio de acoplamento de botoeira direta do tipo "N.A" (normalmente aberta) ou de um relé "N.A".

10.2.26.3. A cancela deverá possuir lógica de prioridade em seu acionamento, exemplo: O comando de abertura terá prioridade sobre o comando de fechamento, logo as seguintes situações deverão ser atendidas.

10.2.26.4. Caso a cancela estiver em movimento de fechamento e receber um comando de abertura, deverá imediatamente reverter o sentido do motor para abertura total da cancela.

10.2.26.5. Se os comandos de abertura e fechamento forem acionados simultaneamente, prevalecerá o comando de abertura.

10.2.26.6. O controle deve garantir que a cancela permaneça aberta até que seja enviado um comando de fechamento. Não serão aceitos dispositivos temporizados automáticos para fechamento da cancela.

10.2.27. O dispositivo de escamoteamento ou articulação, deverá ser dotado de elementos mecânicos selados ou com proteção contra intempéries, livre de manutenção e lubrificação.

10.2.28. A cancela deverá permitir a instalação de controle remoto por rádio frequência de longo alcance, e deverá operar com distância mínima de 50 (cinquenta) metros do corpo da cancela;

10.2.29. Deverá ser fornecida com braço com fabricação em alumínio tubular, na cor branca, com secção com diâmetro e altura frontal entre 70 e 90mm (setenta e noventa milímetros) inteiriço, rígido e sem articulações intermediárias;

10.2.30. Braço reto de 4 metros de comprimento, ou Braço articulado com tamanhos de 2+2 metros.

10.2.31. Deverá possuir sinalização ao longo de toda a sua extensão com faixas listradas e alternadas nas cores branca e vermelha, refletivo padrão de sinalização veicular de acordo com as normas e deliberações do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), fabricados com materiais resistentes a intempéries de alta qualidade e aderência garantindo a retro refletividade mínima de 500 candelas/lux/m² para cor branca e 100 candelas/lux/m² para cor vermelha.

10.2.32. Deverá ser capaz de suportar a instalação de placas de sinalização do tipo "ATENÇÃO" e "PARE" fixadas e centralizadas na metade exposta do braço da cancela, com leitura regular com braço na posição horizontal (fechado).

10.2.33. O curso da haste deverá de 90° (noventa graus), sem oscilações ou vibrações em seus fins de curso, devendo manter a estética dinâmica e paralelismo com o piso na condição fechado e perpendicular ao piso na posição aberto.

10.2.34. Os Braços devem cobrir um vão mínimo de 85% da largura da pista.

10.2.35. As extremidades das hastes (braços) não deverão conter rebarbas ou deformações e deverão ser protegidos por tampas plásticas com formato da secção do tubo.

10.2.36. A cancela deve permitir a inversão do lado de operação para esquerda ou direita facilmente em campo, sem a necessidade de devolução do equipamento para inversão em fábrica.

10.3. Módulo de segurança ante esmagamento

10.3.1. Laço indutivo fornecido com módulo de controle, instalados internamente a cancela, com sensibilidade mínima para detecção dos mais diversos veículos como Motocicletas, Veículos de passeio e Caminhões de pequeno e médio porte. Sua instalação deverá ser realizada com corte no piso, inserção do laço magnético e cobertura por massa asfáltica ou resinas especiais contemplando todo o fechamento do perímetro cortado.

10.3.1.1. Tempo de resposta a partir de 2ms.

10.3.1.2. Deve operar em modo de presença na entrada do laço indutivo.

10.3.1.3. Deve operar em modo pulso de 0,1s na entrada do laço indutivo.

10.3.1.4. Deve possuir sintonia automática.

10.3.1.5. Com LED de indicação de detecção de veículo.

10.3.1.6. Com LED de sinalização de falha de laço indutivo aberto.

10.3.1.7. Deverá possuir recurso para ajuste de sensibilidade.

10.3.1.8. Com chave de reset manual.

10.3.1.9. Com saída de sinal de detecção com contato de relê normalmente aberto ou fechado.

10.3.1.10. Deve operar a temperaturas de pelo menos -10°C até 50°C.

10.3.1.11. Com proteção contra surtos na entrada do laço indutivo.

10.3.1.12. Deve possuir proteção contra inversão de polaridade na entrada de alimentação.

10.3.1.13. Com fonte de alimentação do tipo chaveada, Full Range, com alimentação de 115/240Vac, frequência de 50-60Hz. Deve estar de acordo com as normas de instalações elétricas NBR 5410.

10.4. Sensores micro-ondas ou infravermelho do tipo par transmissor e receptor, fornecidos junto ao equipamento, sua instalação será feita com postes apropriados para sua fixação adequada e sua alimentação elétrica deverá ser realizada pela cancela.

10.5. O braço deverá conter dispositivo de segurança de escamoteamento, no qual deve ser implementado no elemento de apoio do braço fixo ao corpo da cancela. Mediante a colisão com veículos, o braço deverá articular horizontalmente impondo menor impacto ao veículo.

10.6. Totem de entrada e de saída

10.6.1. Serão instalados junto às cancelas veiculares para autenticação dos usuários através de leitores de controle de acesso. Também serão responsáveis por hospedar os leitores para controle de acesso veicular.

10.6.2. Deverá ser construído em Aço Carbono com pintura epóxi pó em cor definida pela Polícia Federal, incluindo aplicação de marca.

10.6.3. Com índice de proteção IP54, e próprio para uso em ambientes externos.

10.6.4. A fixação à base deve ser interna, utilizando o pedestal do equipamento.

10.6.5. Deverá possuir bandeja interna para fixação de componentes como: Placa controladoras, mini-switch industrial e fontes de alimentação.

10.6.6. Deverá vir equipado com mini switch POE industrial com as seguintes características: Capacidade de operação em temperatura de até 65° C, no mínimo 01 porta SFP de 1Gbps e 4 portas POE de 100Mbps com potência POE de 60W, permitindo a alimentação de até 30W por porta até o limite da potência do equipamento. O mini switch POE industrial é necessário para possibilitar a integração de todos os componentes da cancela agregados na solução de Controle de Acesso de veículos.

10.6.7. Deve possuir pictograma superior, indicando entradas e saídas autorizadas e acessos negados.

10.6.8. Deve envolver e proteger os equipamentos instalados, do tipo.

10.6.9. Deverá possuir capacidade para instalação de leitor instalado em altura para uso por motoristas de veículos e SUVs (entre 0,99mts e 1,25mts) com dimensões compatíveis para instalação dos leitores de controle de acesso.

10.7. Urna coletora de saída

10.7.1. Deve possuir dispositivo de recolhimento de cartões, dotado de sensor ótico para identificar o depósito de cartões que não sejam compatíveis com o leitor. O equipamento deve identificar que aquele é um cartão que não foi lido, e permitir o recolhimento dele ao recipiente e não liberar a passagem. Deve suportar uma quantidade mínima de 100 unidades de crachás recolhidos. O acesso aos cartões depositados deve ser protegido

10.7.2. Deve vir acompanhado com leitor de proximidade, compatível com a tecnologia dos cartões especificados neste Termo de Referência.

10.8. Controladoras para integração com o sistema de controle de acesso

10.8.1. Devem ser instaladas controladoras suficientes para o funcionamento de todo o conjunto da catraca.

- 10.8.2. Suportar no mínimo 30.000 (Cinquenta mil) registros de transações para funcionamento em modo offline.
- 10.8.3. Suportar armazenamento de registros de no mínimo 30.000 (cinquenta mil) titulares de cartão.
- 10.8.4. Possuir entrada de contato seco para instalação de alarmes externos.
- 10.8.5. Com conexões para leitoras com suporte ao Protocolo OSDP ou weigand, com formatos de leitura de código editável, permitindo a identificação de diversos formatos de cartões.
- 10.8.6. Com entradas digitais supervisionáveis contra interrupção ou curto-circuito na fiação.
- 10.8.7. Com entradas digitais auxiliares suficientes para o funcionamento da Catraca.
- 10.8.8. Com Saídas a Relés suficientes para o funcionamento da Catraca.
- 10.8.9. De suportar pelo menos 10 diferentes níveis de acesso para titulares dos cartões.
- 10.8.10. Deve suportar alimentação DC através de fonte de alimentação ou PoE.
- 10.8.11. Com proteção para curto-circuito na conexão de alimentação elétrica das leitoras.
- 10.8.12. Deve possuir porta ethernet 100Mbps ou superior.
- 10.8.13. Deverá possuir hardware com capacidade de utilizar protocolo de transporte seguro SSH ou criptografia AES-128 ou superior na comunicação com o controlador Tipo 1 para que ocorra a transferência segura de dados, sem a necessidade de uso de um dispositivo de criptografia externo.
- 10.8.14. Deve suportar temperatura de operação no mínimo 0 a 50C.
- 10.8.15. Com servidor web embarcado, onde através de autenticação de usuário protegido por senha, seja permitido verificar informações do funcionamento da controladora, e realizar atualização de firmware.

10.9. Leitores de entrada e saída, com pelo menos dois tipos de autenticação sem contato

- 10.9.1. Pode ser atendido por um único equipamento com as duas formas de leitura ou por equipamentos distintos.
- 10.9.2. Deverá funcionar sem a necessidade de contato físico do usuário com o equipamento, contendo no mínimo dois tipos de autenticação sem contato, sendo uma de reconhecimento facial, e a outra de leitura de cartão.
- 10.9.3. Deverá ser integrado com o Sistema de Controle de Acesso e disponibilizar o uso dos recursos de reconhecimento facial e da leitura de cartão.
- 10.9.4. O leitor de Cartão de proximidade deverá ser compatível com O CARTÃO RFID – crachá, especificado para a Solução de Controle de Acesso deste Termo de Referência.
- 10.9.5. Deverá possuir capacidade de combinar informações do reconhecimento de face, com a leitura de crachá para liberar/negar acesso de modo combinado.
- 10.9.6. O tempo para o reconhecimento facial deverá ser menor ou igual a 0,35s, a uma distância de 1,4 metros.
- 10.9.7. Deverá possuir capacidade para pelo menos 30.000 transações.
- 10.9.8. Deverá possuir capacidade para armazenar pelo menos 4.000 faces.
- 10.9.9. Deverá possuir capacidade para armazenar pelo menos 4.000 crachás.
- 10.9.10. Deverá possuir display colorido sensível ao toque (touch screen) de no mínimo 06 (seis) polegadas ou superior.
- 10.9.11. Com suporte ao Protocolo de comunicação OSDP, para utilização com as placas controladoras especificadas neste Termo de Referência;
- 10.9.12. Deverá possuir função de atualização de data e hora pelo servidor web e possuir capacidade de implementação de criptografia HTTPS.
- 10.9.13. Deverá possuir sensor de sabotagem ou violação do equipamento (tamper).
- 10.9.14. Deverá possuir recurso de WDR ou similar para aprimoramento da captura das imagens.
- 10.9.15. Deverá possuir ponto de luz visível para iluminação do ambiente.
- 10.9.16. Deverá possuir função de configuração da qualidade/assertividade de leitura, reconhecimento e cadastro da face.
- 10.9.17. Deve possuir tecnologia inteligente para tela de descanso, com uso de detecção para acionar o dispositivo na aproximação do usuário.
- 10.9.18. Deverá possuir confirmação de reconhecimento luminosa e sonora por voz em língua portuguesa.
- 10.9.19. Deve possuir tecnologia antifraude que permita a detecção de face viva, impedindo o acesso por fotos ou vídeos.

11. ITEM 11: Switch de acesso

- 11.1. Os equipamentos devem ser novos, de primeiro uso e estar em linha de fabricação na data de entrega da solução.
- 11.2. Devem possuir homologação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) com validade indeterminada, conforme determina a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.
- 11.3. Os itens não devem estar listados como "End of sale" e "End of life" por seus respectivos fabricantes até a data da abertura das propostas.
- 11.4. Caso os equipamentos entrem em "End of sale" e "End of life" durante a vigência da garantia, a CONTRATADA deve assegurar o suporte e funcionamento dos equipamentos ainda que tenha que substituí-los por modelos mais novos com qualidade igual ou superior.
- 11.5. Para atendimento do Inciso III, Art. 3o do Decreto 7.174/2010, quando da entrega dos equipamentos, o licitante deverá comprovar a origem dos bens importados e apresentar comprovante de quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de suspensão do(s) pagamento(s), rescisão contratual e multa.
- 11.6. Deve permitir o encaminhamento de "jumbo frames" em todas as portas (frames de até 9018 bytes).
- 11.7. Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento. Esta documentação poderá ser fornecida em formato físico ou formato digital, podendo ser em inglês ou português (PT-BR).
- 11.8. Deve ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas neste termo de referência.
- 11.9. Exceto quando explicitamente dito em contrário, deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades requeridas, independente do verbo utilizado.
- 11.10. Deve ser instalável em bastidor padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kit's de fixação, devendo ocupar no máximo 2 RU.
- 11.11. Equipamento tipo switch gigabit ethernet, com no mínimo 48 (quarenta e oito) portas de acesso Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-TX, PoE+, com portas RJ-45,"auto-sensing", auto negociáveis, simultaneamente ativas, ou seja, ser capaz de selecionar velocidades (10/100/1000Mbps) e fluxos (half duplex/full duplex) de forma automática sem necessidade de configuração manual da porta e de alteração nos parâmetros de configuração do dispositivo conectado à porta.
- 11.12. Deve ser garantido o perfeito funcionamento de cada porta de acesso Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-TX, no mínimo, para dispositivos que suportem cada uma das seguintes combinações de parâmetros:
- 11.12.1. 1000 Mbps e Full-Duplex;
- 11.12.2. 100 Mbps e Full-Duplex;

- 11.12.3. 100 Mbps e Half-Duplex;
- 11.12.4. 10 Mbps e Full-Duplex;
- 11.12.5. 10 Mbps e Half-Duplex.
- 11.13. Todas as portas de acesso Gigabit Ethernet 10/100/1000Base-TX devem suportar Auto-MDIX (autoconfiguração de crossover).
- 11.14. Deve possuir pelo menos 2 portas de uplink 1/10Gbps com conector SFP+ para suporte a uplinks flexíveis, auto negociáveis. Cada porta deve suportar, no mínimo, transceivers nos seguintes padrões: IEEE 802.3ae (10GBase-SR e 10GBase-LR), IEEE 802.3z (1000Base-SX e 1000Base-LX/LH) e IEEE 802.ab (1000Base-T).
- 11.15. Deve ser entregues junto com cada switch 2 transceivers de 10Gbps, com cabo de fibra ótica.
- 11.16. Deve implementar empilhamento físico através de módulos ou interfaces dedicados, com caminhos redundantes e com as seguintes características:
 - 11.16.1. Deve ser permitido o gerenciamento do empilhamento através de um único IP.
 - 11.16.2. Deve permitir configurar pilhas com no mínimo 03 unidades.
 - 11.16.3. Deve garantir velocidade de empilhamento mínimo de 25Gbps (full-duplex) por equipamento.
 - 11.16.4. Todo o hardware necessário para empilhamento deve ser fornecido juntamente com o switch, incluindo cabo para conexão simples (entre dois switches) de no mínimo 50cm.
- 11.17. Deve implementar LLDP-MED.
- 11.18. Deve implementar a autenticação e criptografia de pacotes conforme o padrão MACSec IEEE 802.1AE com algoritmo AES-128, em todas as portas.
- 11.19. Deve possuir LEDs de identificação de velocidade de conexão do link.
- 11.20. Deve suportar fontes de alimentação redundante (não inclusa no fornecimento).
- 11.21. Deve suportar fontes de alimentação interna ao equipamento.
- 11.22. Deve suportar fontes de alimentação chaveada ou com ajuste automático de entre 115 a 230 VAC. tensão entre 115 a 230 VAC.

12. ITEM 12: Servidor de Rede

12.1. Conformidades

- 12.1.1. O fabricante do item ofertado, deverá constar como membro do padrão UEFI.
- 12.1.2. Suportar o sistema operacional Windows Server 2019 ou superior, comprovado através do HCL (Hardware Compability List) ou Compability Guide da Microsoft nolinck: <http://www.windows-servercatalog.com>;
- 12.1.3. Possuir certificado para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 8 ou posterior, comprovado no HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat, ou comprovação através de laudo técnico.
- 12.1.4. Suportar virtualização VMware ESXi 8.0 ou superior.
- 12.1.5. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisasgens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- 12.1.6. Conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), só será admitida a oferta de equipamentos, que cumpram os critérios de segurança, de compatibilidade eletromagnética, e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, com comprovação de atendimento por qualquer meio válido, ou certificação internacional, ou laudo pericial.
- 12.1.7. Conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
- 12.1.8. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

12.2. Segurança Cibernética

- 12.2.1. O servidor deve implementar mecanismos de garantia de integridade e autenticidade do código da BIOS/UEFI, antes de sua execução, por meio de assinatura digital que poderá ser validada usando chave criptográfica imutável armazenada em hardware segundo as especificações NIST SP800-147B;
- 12.2.2. Deve ser atualizável por software e permitir recuperar, automaticamente, o estado da BIOS/UEFI para uma versão anterior íntegra, salva em área de memória oculta, em caso de falha de atualização da BIOS ou em incidentes de segurança;
- 12.2.3. O servidor deve prover mecanismos preliminares às atualizações de firmware da BIOS/UEFI e de firmware da controladora de gerenciamento remoto que assegurem que os pacotes de atualização de firmware possuam assinatura digital cuja autenticidade poderá ser verificada usando chave criptográfica imutável armazenada em hardware;
- 12.2.4. Possuir recurso que permita bloquear e impedir alterações maliciosas ou involuntárias nas configurações na BIOS/UEFI, na configuração da controladora de gerenciamento e alterações de versões de firmware já instalados no equipamento;
- 12.2.5. Deverá ser fornecido com Módulo TPM 2.0;
- 12.2.6. O servidor deverá emitir alerta de abertura do gabinete.

12.3. Gerenciamento

- 12.3.1. Deve ser do próprio fabricante, implementada através de recursos de hardware e software, ou software.
- 12.3.2. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento (controladora de gerenciamento) e independente de agentes ou sistema operacional;
- 12.3.3. Interface de rede dedicada para gerenciamento, que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico, e alocação fixa de endereço IP;
- 12.3.4. A console virtual deverá ser acessível via interface HTML5, caso necessite de algum tipo de plugin licenciado, o mesmo deverá ser fornecido com licenciamento por pelo menos 5 anos. Deverá suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI e SNMP, SSH e REDFISH.
- 12.3.5. Deverá permitir habilitar autenticação utilizando, pelo menos, dois fatores de autenticação (2FA) para acesso à controladora de gerenciamento, podendo ser utilizada validação de certificado digital para tal finalidade.
- 12.3.6. Deverá suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory ou LDAP.
- 12.3.7. Com autenticação através de login e senha.
- 12.3.8. Com suporte aos protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI.
- 12.3.9. A controladora de gerenciamento do servidor deverá permitir operar em modo de segurança criptográfica padrão FIPS 140-2 ou versão superior".
- 12.3.10. Possuir recurso que permita bloquear e impedir alterações maliciosas ou involuntárias nas configurações na BIOS/UEFI, na controladora de gerenciamento e alterações nas versões de firmware;
- 12.3.11. Deverá permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente.

- 12.3.12. Deverá permitir acesso do tipo Console Virtual do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos servidores de forma remota e centralizada.
- 12.3.13. Com capacidade de monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores.
- 12.3.14. Permitir verificar a integridade e autenticidade do código da BIOS/UEFI;
- 12.3.15. Deverá permitir customização de alertas e automatizar a execução de tarefas baseadas em script. Deverá permitir configurar os seguintes parâmetros de hardware: BIOS, RAID, NIC, iSCSI Name Vlan, através de templates pré-definidos.
- 12.3.16. Deverá permitir a instalação de update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada.
- 12.3.17. Deverá possibilitar o download de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante do servidor.
- 12.3.18. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade.
- 12.3.19. A ferramenta de gerenciamento deverá realizar varreduras periódicas para validar versões de firmware disponíveis no servidor e compará-las com um padrão de configuração pré-estabelecido ou versões de um repositório, a fim de identificar na console única de gerenciamento os equipamentos que não estejam em conformidade com o padrão institucional.
- 12.3.20. Deverá permitir criação de perfis (baselines) de configuração para detectar desvios relacionados ao firmware dos componentes de hardware.
- 12.3.21. Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware.
- 12.3.22. Deverá permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente do sistema operacional.
- 12.3.23. Deverá possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software).
- 12.3.24. Deverá permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto ou imagens ISO, e compartilhamentos de rede NFS/CIFS.
- 12.3.25. O software de gerenciamento deverá realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes.
- 12.3.26. Deverá suportar monitoramento remoto (1:1 e 1:N) do consumo de energia elétrica e temperatura dos servidores, através de exibição gráfica, com geração de alertas.
- 12.3.27. A interface de gerência do servidor deverá permitir a criação de grupos de modo a permitir o gerenciamento de outros servidores do mesmo fabricante, a partir de um único IP sem a necessidade de softwares adicionais;
- 12.3.28. Com recurso de controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse).
- 12.3.29. Com função de emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;
- 12.3.30. Com funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de gravação de dados ou similar.
- 12.3.31. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando discos físicos (HDDs), discos criptografados
- 12.3.32. (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);
- 12.3.33. Deverá incluir software de gerenciamento com console único que permita centralizar o gerenciamento e administração simultânea de vários servidores do mesmo fabricante, a partir de uma interface gráfica única.

12.4. Gabinete do servidor para RACK de 19"

- 12.4.1. Botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;
- 12.4.2. Display ou LEDs embutido no painel frontal do gabinete para exibição de status de funcionamento e alertas de funcionamento;
- 12.4.3. Sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;
- 12.4.4. Com 1 porta USB 2.0, e 1 porta USB 3.0;
- 12.4.5. Saída de vídeo, com resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;
- 12.4.6. Com Porta de Gerenciamento;
- 12.4.7. Com acessórios para montagem através de sistema de trilhos deslizantes, e gerenciamento de cabos.

12.5. Interface de rede

- 12.5.1. Com 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps GbE SFP28, com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSOe RSS, acompanhadas de 2 transceivers 10/25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.
- 12.5.2. Com 02 interfaces de rede 1/10Gbps no padrão 10GBase-T (conector RJ45), com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS.

12.6. Fonte de Alimentação

- 12.6.1. Com no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes, acompanhadas de cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.
- 12.6.2. Deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;
- 12.6.3. Com certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM;
- 12.6.4. LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento;
- 12.6.5. Tensão de entrada entre 100-127V ou 200-240V a 60Hz, com ajuste automático de tensão.

12.7. BIOS

- 12.7.1. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou produzido por terceiros para seu uso exclusivo com direitos Copyright;
- 12.7.2. O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento;
- 12.7.3. Deve estar em conformidade com as diretrizes do NIST (National Institute of Standards and Technology): SP 800-193;
- 12.7.4. Deverá permitir a verificação da integridade e autenticidade do código da BIOS/UEFI em execução, através da varredura de sua imagem em tempo real;
- 12.7.5. Com recurso para bloquear e impedir alterações maliciosas ou involuntárias nas configurações na BIOS/UEFI, na controladora de gerenciamento e alterações nas versões de firmware;
- 12.7.6. Com suporte a plug-and-play;
- 12.7.7. Atualizável por software, tipo Flash EPROM ou Flash ROM;
- 12.7.8. Com sistema de diagnóstico de hardware executado na inicialização do POST, com análise da CPU, memória, e dispositivos de boot;
- 12.7.9. Deve permitir a restrição através de senha de acesso para inicialização e supervisão.

12.8. Placa Mãe

- 12.8.1. Com chipset da mesma marca do fabricante do processador;
- 12.8.2. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado;
- 12.8.3. Com no mínimo 16 slots de memória, com suporte a DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (ErrorCorrecting Code), e velocidade de 4000MT/s ou superior. Deve suportar expansão de memória RAM, para até, no mínimo 512GB.

12.9. Processador

- 12.9.1. Com 2 processadores escaláveis, cada processador com 16 núcleos, 32 threads, memória cache de 30 MB - L3, e frequência mínima em modo turbo de 3.40GHz;12.9.2. Deve estar classificado no site do fabricante para o seguimento de servidores;
- 12.9.2. Controladora de memória com suporte a DDR5, ECC, de no mínimo 4400 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;
- 12.9.3. Com suporte a tecnologia de virtualização;
- 12.9.4. Compatível com o padrão ACPI v4;
- 12.9.5. Deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 230.
- 12.9.6. O processador deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado para 2 processadores. Os índices SPEC CPU2017 Integer Rate Results(Baseline) utilizados como referência serão validados junto ao site da Internet <http://www.spec.org/> Standard Performance Evolution Corporation. Não serão aceitas estimativas para modelos / famílias de processadores não auditados pelo SPEC, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado. O processador deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 265.

12.10. Memória

- 12.10.1. Deverá ser fornecido com 256GB de memórias DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (ErrorCorrecting Code), e velocidade de 4000MT/s, ou superior.

12.11. Armazenamento para o Sistema Operacional

- 12.11.1. Controladora com dispositivo de armazenamento de dados, para instalação e inicialização do sistema operacional;
- 12.11.2. Com no mínimo dois dispositivos SSD, com 480GB em RAID;
- 12.11.3. Canal padrão SATA 3 (Serial ATA), ou Serial Attached SCSI (SAS), ou NVMe;
- 12.11.4. Taxa de transferência mínima de 6 Gb/s (seis Gigabits por segundo);
- 12.11.5. Otimizados para uso em servidores de rede, de no mínimo 0,5 DWPD (Disk full Writes Per Day) para 5 anos;
- 12.11.6. Formato M.2 ou 2.5".

12.12. Controladora de Armazenamento de Dados

- 12.12.1. Com memória cache de no mínimo 8GB;
- 12.12.2. Suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10;
- 12.12.3. Deverá suportar expansão de capacidade e formatação on-line;
- 12.12.4. Deverá permitir a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- 12.12.5. Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;
- 12.12.6. Recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;
- 12.12.7. Deverá suportar implementação de disco Global Hot-spare;
- 12.12.8. Deverá suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

12.13. Armazenamento de dados

- 12.13.1. Com capacidade de armazenamento líquido, de no mínimo, 170 TB, em uma das seguintes opções:
- 12.13.2. Para armazenamento de dados em dispositivo estático deverão ser atendidas as seguintes especificações: A Capacidade líquida poderá ser entregue em RAID-1 ou RAID-5, implementada por hardware; com dispositivo NVMe de Geração 4, ou SAS SSD; Com DWPD 1 ou superior, medido pelo período de 5 anos.
- 12.13.3. Para Armazenamento de Dados em dispositivo HDD deverão ser atendidas as seguintes especificações: A Capacidade líquida deverá ser configurada em RAID-6 por hardware; considerar que cada RAID group deverá conter no máximo 10 discos de dados e 2 discos de paridade (10+2); os discos deverão ser do tipo hot-plug e hotswap, permitindo a substituição sem necessidade de desligar o equipamento; serão aceitos discos magnéticos (HDDs), padrão SAS ou NL-SAS, com capacidade máxima de 24TB e 7200 RPMs.

13. ITEM 13: Serviço de Instalação Tipo 1 - para câmeras

- 13.1. Fixação da câmera, com fornecimento de material como base, parafusos, buchas e suportes.
- 13.2. Deverá ser previsto passagem de cabo CAT 6, com tamanho de até 60 metros.
- 13.3. Os cabos devem ser instalados em calhas ou tubulações existentes, no caso de inexistência de calhas ou cabos a contratada deverá fornecer.
- 13.4. Para instalação externa deverá ser utilizado cabo blindado, com protetor de descarga elétrica.
- 13.5. As câmeras com instalação externa deverão ser acondicionadas em caixa metálica, fornecida pela Contratada.
- 13.5.1. Material em plástico;
- 13.5.2. Grau de proteção IP66;
- 13.5.3. Para montagem em parede ou teto;
- 13.5.4. Material com proteção ANTI-UV.
- 13.6. Os cabos deverão ser crimpados e certificados.
- 13.7. A Contratada deverá realizar pequenas obras de alvenaria, quando necessário, para instalação do equipamento, inclusive passagem subterrânea de dutos.
- 13.8. Para câmeras externas deverão ser instalados protetores de surto, com as seguintes características:
- 13.8.1. Protetor anti-surto individual para proteção de rede de dados CAT 6 com conexão RJ 45
- 13.8.2. Tempo de resposta de < 1 ns;
- 13.8.3. Proteção para os condutores CAT6 em todos os pinos;

- 13.8.4. Corrente de surto de 1100 a 1200 Joules;
- 13.8.5. Conexão para sistema de aterramento através de borne de 1,5MM²;
- 13.8.6. Corrente de surto de 20.000 A @8/20 µs;
- 13.8.7. Tensão de disparo e serviço de 15Vdc e tensão máxima de clamping de 19 Vdc;
- 13.8.8. Suporte tipo base para fixação no trilho DIN;
- 13.8.9. Encapsulamento tipo resina epóxi antichama;
- 13.8.10. Com sistema de base e módulo.

14. ITEM 14: Serviço de Instalação Tipo 2 - para câmeras

- 14.1. Fixação da câmera, com fornecimento de material como base, parafusos, buchas e suportes.
- 14.2. Deverá ser previsto passagem de cabo de fibra ótica com distância entre 60 e 150 metros.
- 14.3. Os cabos devem ser instalados em calhas ou tubulações existentes, no caso de inexistência de calhas ou cabos a contratada deverá fornecer.
- 14.4. As câmeras do Tipo 2 com instalação externa deverão ser acondicionadas em caixa metálica, fornecida pela Contratada.
 - 14.4.1. Material em plástico;
 - 14.4.2. Grau de proteção IP66;
 - 14.4.3. Para montagem em parede ou teto;
 - 14.4.4. Material com proteção ANTI-UV.
- 14.5. As câmeras do Tipo 3 (PTZ) deverão ser instaladas com toda a ferragem necessária.
- 14.6. Os cabos deverão ser crimpados e certificados.
- 14.7. Deverá ser realizado pela contratada a fusão da fibra ótica.
- 14.8. Deverá ser realizado pela contratada as conexões de conversão de sinal ótico para elétrico, com os conectores, adaptadores e cabos necessários.
- 14.9. A Contratada deverá realizar pequenas obras de alvenaria, quando necessário, para instalação do equipamento, inclusive passagem subterrânea de dutos.
- 14.10. Para câmeras externas deverão ser instalados protetores de surto, com as seguintes características:
 - 14.10.1. Protetor anti-surto individual para proteção de rede de dados CAT 6 com conexão RJ 45
 - 14.10.2. Tempo de resposta de < 1 ns;
 - 14.10.3. Proteção para os condutores CAT6 em todos os pinos;
 - 14.10.4. Corrente de surto de 1100 a 1200 Joules;
 - 14.10.5. Conexão para sistema de aterramento através de borne de 1,5MM²;
 - 14.10.6. Corrente de surto de 20.000 A @8/20 µs;
 - 14.10.7. Tensão de disparo e serviço de 15Vdc e tensão máxima de clamping de 19 Vdc;
 - 14.10.8. Suporte tipo base para fixação no trilho DIN;
 - 14.10.9. Encapsulamento tipo resina epóxi antichama;
 - 14.10.10. Com sistema de base e módulo.

15. ITEM 15: Serviço de instalação para catracas e cancelas

- 15.1. Fixação com fornecimento de material como base, parafusos, buchas e suportes.
- 15.2. Passagem de cabo de alimentação com até 30 metros de distância, conectado ao equipamento, e com proteção elétrica.
- 15.3. Deverá ser previsto passagem de cabo CAT 6, com tamanho de até 60 metros.
- 15.4. Os cabos devem ser instalados em calhas ou tubulações existentes, no caso de inexistência de calhas ou cabos a contratada deverá fornecer.
- 15.5. Os cabos deverão ser crimpados e certificados.
- 15.6. A Contratada deverá realizar pequenas obras de alvenaria, quando necessário, para instalação do equipamento, inclusive passagem subterrânea de dutos.
- 15.7. Deverá ser instalado cobertura metálica para proteção do conjunto da cancela, para proteger do sol e da chuva.
- 15.8. Para as catracas deverá ser utilizado cabo blindado com proteção de surto.
- 15.9. Deverão ser instalados dispositivos de proteção elétricos, com as seguintes características:
 - 15.9.1. Proteção da rede elétrica individual para equipamentos com consumo até 1000 Watts;
 - 15.9.2. Tensão de entrada 100 a 240 VAC;
 - 15.9.3. Tempo de resposta de < 1 ns;
 - 15.9.4. Modo de proteção comum e transverso;
 - 15.9.5. Tensão de disparo de 275 Vac no modo bifásico/trifásico/monofásico em 220V;
 - 15.9.6. Corrente de surto de 20.000 A @8/20 µs;
 - 15.9.7. Conexão para rede elétrica através de borne de 1,5MM² (entrada e saída);
 - 15.9.8. Corrente nominal (In) de 10 Amperes;
 - 15.9.9. Suporte tipo base para fixação no trilho DIN;
 - 15.9.10. Encapsulamento tipo resina epóxi antichama.

- 15.10. Para cabos UTP externos deverão ser utilizados protetores de surto com as seguintes características:
- 15.10.1. Protetor anti-surto individual para proteção de rede de dados CAT 6 com conexão RJ 45

15.10.2. Tempo de resposta de < 1 ns;

15.10.3. Proteção para os condutores CAT6 em todos os pinos;

15.10.4. Corrente de surto de 1100 a 1200 Joules;

15.10.5. Conexão para sistema de aterramento através de borne de 1,5MM²;

15.10.6. Corrente de surto de 20.000 A @8/20 µs;

15.10.7. Tensão de disparo e serviço de 15Vdc e tensão máxima de clamping de 19 Vdc;

15.10.8. Suporte tipo base para fixação no trilho DIN;

15.10.9. Encapsulamento tipo resina epóxi antichama;

15.10.10.Com sistema de base e módulo.
16. ITEM 16: Serviço de entrega de Projeto executivo
- 16.1. Consiste na apresentação de projeto de instalação da solução, com todo o detalhamento da fixação dos itens, material a ser utilizado, diagramas e interligações.

16.2. O acesso as plantas prediais serão fornecidas pelas Contratada.
17. ITEM 17: Controladora para Sistema de Controle de Acesso
- 17.1. Suportar no mínimo 30.000 (Cinquenta mil) registros de transações para funcionamento em modo offline.

17.2. Suportar armazenamento de registros de no mínimo 30.000 (cinquenta mil) titulares de cartão.

17.3. Possuir entrada de contato seco para instalação de alarmes externos.

17.4. Com conexões para leitoras com suporte ao Protocolo OSDP ou weigand, com formatos de leitura de código editável, permitindo a identificação de diversos formatos de cartões.

17.5. Com entradas digitais supervisionáveis contra interrupção ou curto-circuito na fiação.

17.6. Com entradas digitais auxiliares suficientes para o funcionamento da Catraca.

17.7. Com Saídas a Relés suficientes para o funcionamento da Catraca.

17.8. De suportar pelo menos 10 diferentes níveis de acesso para titulares dos cartões.

17.9. Deve suportar alimentação DC através de fonte de alimentação ou PoE.

17.10. Com proteção para curto-circuito na conexão de alimentação elétrica das leitoras.

17.11. Deve possuir porta ethernet 100Mbps ou superior.

17.12. Deverá possuir hardware com capacidade de utilizar protocolo de transporte seguro SSH ou criptografia AES-128 ou superior na comunicação com o controlador Tipo 1 para que ocorra a transferência segura de dados, sem a necessidade de uso de um dispositivo de criptografia externo.

17.13. Deve suportar temperatura de operação no mínimo 0 a 50C.

17.14. Com servidor web embarcado, onde através de autenticação de usuário protegido por senha, seja permitido verificar informações do funcionamento da controladora, e realizar atualização de firmware.

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME N° 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO N°	xxxx/aaaa		
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	xxxxxxxxxx
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATR.	xxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
	<xxxxxxxxxx>	
	<xxxxxxxxxx>	
...

ANEXO III: TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME N° 94/2022.

Pelo presente instrumento o , sediado em , CNPJ nº , doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ nº , doravante denominada **CONTRATADA**;
CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

[...]

[...]

[...]

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]

[...]

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div></div>	<div><div></div><div>Matricula: xxxxxxxx</div></div>

TESTEMUNHAS	
<div></div>	<div></div>

- [A1]Ajustado para o tipo de objeto licitado.
- [A2]Os itens não estão previstos no PMC-TIC.
- [A3]Não se trata de itens classificados como especiais.
- [A4]A entrega será parcelada e não continuada.
- [A5]12 meses é o tempo necessario para implantação da solução.
- [A6]A duração do contrato foi definida no item 1.7.
- [A7]A duração do contrato foi definida no item 1.7.
- [A8]A duração do contrato foi definida no item 1.7.
- [A9]As informações inseridas nos itens 2.5 a 2.7 são para alinhar a contratação com as diretrizes de governo digital.
- [A10]Atenção Apontar para o ETP do participe.
- [A11]Trata-se de contratação de bens e serviços.
- [A12]Não se aplica a esta contratação.
- [A13]Não se aplica a esta contratação.
- [A14]Não há necessidade de amostras.
- [A15]Não terá reserva de cotas devido se tratar de uma solução única e integrada.
- [A16]Trata-se de solução única e integrada, que devido a complexidade não se enquadra na margem de preferência.
- [A17]Inserido para definir as regras de substituição de itens da solução, durante a vigência da ATA, a necessidade se deve as constantes e rápidas mudanças tecnológicas.
- [A18]Não se aplica a esta contratação.
- [A19]Trata-se de contratação de bens e serviços de instalação.

[A20]Indicadores tanto para os prazos de entrega.

[A21]Não será aplicada antecipação de pagamento, os itens serão pagos mediante

[A22]Data de assinatura da nota técnica de pesquisa de preços.

[A23]Não se aplica no caso desta contratação.

[A24]Não se aplica a esta instalação.

[A25]Item inserido para identificar se o futuro contratado tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado).

10.35.2. A exigência é objetiva, e indica quantitativos precisos, necessários para a habilitação.

[A26]Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário, observando os tópicos 52 a 66 do referido Acórdão.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Aquisição de Bens de Tecnologia da Informação e Comunicação - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Governo Digital

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025



Documento assinado eletronicamente por **WALVERNACK BESERRA, Coordenador(a)**, em 02/04/2026, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO TIAGO COELHO DE BRITO, Agente Administrativo(a)**, em 01/04/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDISIO DE CARVALHO SANTANA, Agente Administrativo(a)**, em 01/04/2026, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145447110&crc=EAF4C542.
Código verificador: **145447110** e Código CRC: **EAF4C542**.